



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO, REALIZADA DIA 17 DE ABRIL DE 2014

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, na vila de Miranda do Corvo, pelas quinze horas, no edifício dos Paços do Município de Miranda do Corvo, reuniu a Câmara Municipal de Miranda do Corvo. -----

Estavam presentes, o Presidente António Miguel Costa Baptista e os Vereadores Ana Maria Santos Marreco e Rosa de Gouveia, Sérgio Luís Rodrigues Sêco, Miguel António Bastos Brandão, Célia Maria da Conceição Mateus, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho e Rita Alexandra Caetano dos Santos.-----

Presente o Saldo do **Resumo Diário do dia anterior** dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, seiscientos e sessenta e seis euros e trinta e oito cêntimos;-----

Operações Orçamentais: um milhão, oitocentos e catorze mil, quatrocentos e sessenta e dois euros e setenta e dois cêntimos;-----

Operações de Tesouraria: trezentos e trinta e um mil, duzentos e três euros e sessenta e seis cêntimos.-----

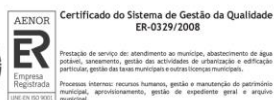
A Câmara tomou conhecimento.-----

O Presidente da Câmara António Miguel Costa Baptista, deu início à sessão, começando por cumprimentar todos os presentes.-----

Seguidamente colocou à aprovação o texto das atas números 6, 7 e 8, datadas de 7 de março, 21 de março e 4 de abril de 2014, respetivamente, as quais foram previamente distribuídas por todos os membros do Executivo, através de e-mail, pelo que foram as mesmas dispensadas da sua leitura.-----

O Vereador Sérgio Sêco solicitou o uso da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes. Solicitou que a ata do dia 7 de março, não fosse colocada à votação para aprovação e voltasse à próxima reunião para aprovação, em virtude de faltarem algumas intervenções no ponto relativo à “Proposta para construção de uma pista de trail e BTT” - proposta dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP “Miranda Não Pode Parar”.-----

Quanto à ata de 21 de março informou que não existe nenhuma alteração a fazer. Relativamente à ata de 4 de abril informou que o Vereador Miguel Ferreira tem algumas pequenas alterações a efetuar e que as enviará assim que possível, podendo a mesma ser aprovada.-----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Presidente, solicitou que os serviços procedessem à revisão da ata de 7 de março para ser presente na próxima reunião camarária. Quanto às alterações que o Vereador José Ferreira tem a solicitar na ata de 4 de abril, terá que as fazer chegar até à próxima segunda-feira, dia 21 de abril. Seguidamente colocou à votação a ata de 21 de março, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Presidente e da Vereadora Rita Santos, por não terem participado na mesma. -----

Colocada à votação a ata de 4 de abril, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Rita Santos, em virtude de não ter participado na mesma. -----

Posto isto, e com a presença da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues, procedeu-se ao período antes da Ordem do Dia e seguidamente à apreciação dos assuntos constantes da agenda de trabalhos, antecipadamente entregue a todos os membros, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

Seguiu-se o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

O Senhor Presidente, referiu que gostaria de deixar duas notas e que a primeira tem a ver com a estrada 17/1, (zona da Sandoeira). -----

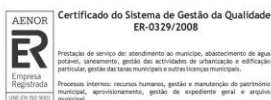
Referiu que esta estrada está cortada há cerca de dois meses. -----

Que após uma fase inicial, em que tudo correu bem, e que houve uma boa cooperação entre a Câmara Municipal e as Estradas de Portugal no sentido de se encontrar a melhor solução como resposta imediata e sendo a Câmara compreensiva, porque a intervenção necessária obrigaria a projeto, lamentou que passados dois meses as obras continuem por fazer. -----

Mencionou que já solicitou uma reunião ao Presidente do Conselho de Administração das Estradas de Portugal, e que se encontra a aguardar a marcação da mesma. -----

Informou que através dos meios de comunicação social, já apresentou o desagrado pela demora na resolução do problema. -----

Transmitiu que tem uma reunião agendada para a próxima semana na Direção de Estradas em Coimbra, esperando que o problema seja resolvido o mais rapidamente possível, pois os transtornos são grandes, quer para os utentes, quer para a própria Câmara Municipal, porque a estrada de ligação entre a Sandoeira e Vila Nova, nomeadamente esse troço, já está a registar alguma degradação, motivada pelo acréscimo do tráfego e porque alguns veículos pesados teimam em não respeitar a proibição de circularem naquela zona. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Deixou outra nota, também relacionada com estradas, mais concretamente sobre a ponte do Cabouco, a qual se encontra na fase final e prestes a abrir ao tráfego. -----

Referiu que a intersecção com a nossa estrada municipal do Cabouco deixa muito a desejar, a solução escolhida é muito má, e coloca em causa a segurança dos utilizadores. ----

Salientou que já informou a concessionária, inclusivamente em reuniões que participou, mas teimam em manter a solução. -----

Referiu que se deve insistir, porque a intersecção está muito perigosa, e que se tornou evidente que a resolução tem custos e que o objetivo da concessionária é passar os custos para a autarquia, no entanto acha que a concessionária é que deverá resolver o problema. -----

O Senhor Presidente aceitou inscrições dos Senhores Vereadores para usarem da palavra. Começou por usar da palavra o Vereador Sérgio Sêco, que começou por cumprimentar todos os presentes, inclusivamente o jornalista presente, o Sr. Salgueiro. -----

Referiu que tem algumas questões e que a Vereadora Célia Mateus, também tinha algumas questões, mas às quais o Senhor Presidente já deu resposta, designadamente sobre as estradas do Cabouco e Sandoeira. -----

Mencionou uma situação referente à estrada de Lamas (antiga EN 342), que se torna necessário resolver com alguma urgência, assim que pararem as chuvas, até porque é uma estrada de acesso importante, bem como a ponte da Retorta. -----

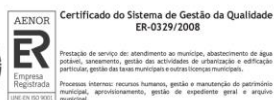
Solicitou informações acerca do ponto de situação relativamente ao muro de Lamas. Informou que foi exigido um projeto à Câmara pelas EP, que foi à data enviado e aprovado, mas que o início da obra está há muito tempo parado. -----

Também questionou o ponto de situação da reparação definitiva da Casa das Artes, referindo que sabe que dialogaram. É uma obrigação da empresa, exige-se uma intervenção mais profunda quando estiver melhor tempo. -----

Solicitou que lhes fosse facultado o novo código de acesso à Câmara Municipal, porque já aconteceu quererem sair e não poderem ligar o alarme. -----

Seguidamente o Senhor Presidente, deu a palavra à Vereadora Rita Santos, que começou por cumprimentar todos os presentes. -----

De seguida, referiu que uma das suas intervenções tem a ver com a Estrada de Lamas, e que tem recebido alguns alertas para a precariedade da mesma. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Seguidamente informou que gostaria de colocar duas propostas ao Senhor Presidente e ao executivo, em nome do princípio da transparência, que passou a ler e apresentou por escrito, em nome dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP: -----

“Em nome do princípio da transparência e do livre acesso aos documentos da administração, solicito ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara e a esta Câmara Municipal, aqui numa perspectiva sensibilizadora e promotora de consensos, que autorize e promova a inclusão do texto integral das atas do executivo municipal no site do Município, em www.cm-mirandadocorvo.pt ou noutro sítio da internet, o que deverá ocorrer relativamente a todas as atas desde o início do mandato do actual executivo municipal. -----

Ressalvo a necessidade de disponibilização do texto integral das atas, pois da pesquisa que fiz, em anos anteriores, apenas encontrei a agenda de cada uma das reuniões do executivo e essa constitui uma disponibilização de informação insuficiente e precária do meu ponto de vista, atento o tipo de informação sumária que produz, pelo que o pedido que dirijo ao Exmo. Senhor Presidente, adepto fervoroso do rigor, da transparência e das boas práticas de modernização administrativa - e destas últimas são os exemplos dos Serviços Certificados deste Município - é, para além de evidenciador de uma cultura democrática superior, sinónimo de que o que invoca e defende por ser a sua vontade e a sua conduta, o será, certamente, na prática. -----

Por último gostaria de referir que a inclusão destes documentos no sítio da internet não comportam qualquer custo ao Município, motivo que mais justifica ainda a proposta aqui apresentada. -----

Igual pedido se estende a todos os Regulamentos Municipais, porquanto a sua busca nem sempre se torna fácil a partir sítio do Diário da República electrónico. Quanto a estes, ressalvo a necessidade de os manter sempre actualizados e com menção expressa da data das respetivas alterações e a referência à publicação no Diário da República, n.º do DR, Série respetiva, data e n.º do aviso ou outro. -----

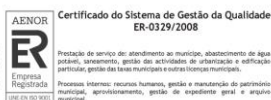
Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, -----

Miranda do Corvo, 17 de abril de 2014. -----

Rita Santos (a); Célia Mateus (a); Sérgio Sêco (a).” -----

De seguida referiu, que esta é a primeira proposta que deixa ao Senhor Presidente, numa perspetiva de sensibilização. -----

Uma segunda proposta, tem a ver com o estacionamento de duração limitada, na Praça José Falcão, do seguinte teor: -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

“O mote da presente proposta refere-se ao estacionamento de duração limitada sujeito a pagamento em parte de Praça José Falcão. -----

A minha posição é pública e foi a todos dada a conhecer aquando das minhas intervenções na Assembleia Municipal, à data deputada, e resume-se, de forma muito sintética, no seguinte: -----

- Assumindo a necessidade de todos os automobilistas a aceder, em termos de estacionamento, aos Serviços e Organismos Públicos do concelho, a instituições bancárias e ao comércio local, todos situados nas zonas adjacentes à Praça José Falcão, e atenta a ocupação dos lugares de estacionamento, maioritariamente por funcionários desses serviços, previu o anterior executivo municipal, a criação de uma Zona de Estacionamento sujeita a pagamento, fazendo aprovar um Regulamento que o suportasse.”. -----

- Essa iniciativa do anterior executivo pareceu-me, em parte, adequada e digo em parte, porque considerei à data, e ainda considero que, a existir esse condicionamento, ele deve aplicar-se a toda a zona da praça do lado de cá e do lado de lá do rio, o que nunca aconteceu. -----

- Não obstante, o Regulamento foi assim aprovado, incluindo pela minha pessoa, uma vez que aquela proposta seria uma primeira fase, pioneira, ou experimental, como queiramos classifica-la, e que seria completada, assim que possível e uma vez analisado o impacto de tal medida, o que creio que ainda não aconteceu. -----

Ora, actualmente, tenho conhecimento de que a Praça irá entrar em fase de obras de requalificação, tal significa que o estacionamento naquela zona específica (e em outras provavelmente) ficará condicionado, se não mesmo impedido. -----

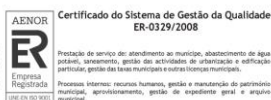
Não pode, portanto, o Município, como entidade de bem, fazer-se cobrar por um serviço que não presta nas melhores condições, ao que creio. -----

Assim, e:-----

- Considerando até que a actual zona de estacionamento não foi objecto de análise técnica com vista à constatação da sua eficácia e bem assim decidida a sua continuidade, eliminação ou reconfiguração; -----

- Considerando que a Praça José Falcão irá entrar em obras, o que causará grandes constrangimentos ao estacionamento naquela zona, se não a sua impossibilidade; -----

- Considerando a potencial desigualdade de definição de regras de trânsito em vigor no Município de que a presente zona de estacionamento é exemplo; -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

- Que é dever de cada um dos Vereadores eleitos ou em substituição, como é o meu caso, prestigiar a defesa do interesse público e de cada um dos munícipes do nosso concelho.

Proponho ao Exm.º Senhor Presidente e a esta Câmara Municipal a suspensão imediata do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e, aproveitando o período das obras, a criação de um Grupo de Trabalho, para o qual me voluntário de imediato a participar, com vista ao estudo e ao re-desenho das regras de trânsito a aplicáveis na Zona Histórica da Vila. -----

A metodologia de grupo de trabalho que proponho deverá integrar também forças de segurança e a protecção civil municipal, técnicos do Município e outros que esta Câmara entenda como úteis na definição de uma metodologia que congregue o máximo de consenso possível à volta desta matéria, aliando as necessidades dos utentes da via, dos comerciantes e das demais instituições com as regras técnicas e de segurança necessárias, sempre tendo em vista o interesse público e a defesa dos direitos da população. -----

Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, -----

Miranda do Corvo, 17 de abril de 2014. -----

Rita Santos (a); Célia Mateus (a); Sérgio Sêco (a).” -----

Seguidamente o Senhor Presidente, deu a palavra ao Vereador Sérgio Sêco, que informou que participou há dias numa reunião do Metro Mondego, realizada pelo Movimento Cívico de defesa da obra e informou que o que vai ocorrer são novas formas de luta e mais algumas atividades, com o objetivo de aproveitar as próximas eleições europeias para mostrar ao Governo, a necessidade que esta obra tem. -----

Informou ainda que na próxima semana os deputados eleitos pelo Círculo de Coimbra do PSD, bem como a Distrital vão ter uma reunião com o Secretário de Estado dos Transportes para fazer mais pressão sobre esta obra. -----

Informou que ouviu nas notícias, que existem cerca de 80 milhões de euros no QREN, que não foram utilizadas e que seriam muito bem investidos na linha. Para além do que ouviu nas notícias na semana passada, e a posição pública que os Presidentes das Câmaras de Miranda, Lousã e Coimbra tomaram, está na altura de agendarem uma reunião com o Governo ou com a Secretária de Estado respetiva, com o objetivo de saber quais é que vão ser os procedimentos que vão tomar com as novas notícias dos oitenta milhões. -----

Seguidamente o Senhor Presidente passou a responder às intervenções dos Senhores Vereadores. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que em primeiro lugar o Senhor Vereador Sérgio Sêco, fez referência a uma série de intervenções que efetivamente são urgentes, umas que já existiam quando este executivo tomou posse, que já vem de trás e outras que surgiram em consequência das intempéries dos últimos tempos, devido ao inverno rigoroso que assolou o nosso país. -----

Referiu que a ponte da Retorta, é uma necessidade. -----

Referiu que estão a fazer uma reformulação para ver se se consegue uma solução financeiramente mais atrativa para a Câmara Municipal porque o investimento é muito elevado, no entanto tudo se fará para a intervenção ser feita este ano, até final do verão. ----

No que toca ao muro de Lamas, referiu que a intervenção que está para breve. -----

No que toca a outras situações, como o caso do deslizamento, ainda não totalmente consumado, porque houve uma intervenção rápida dos serviços na estrada da Morada, salientou que autarquia vai ter que fazer um investimento significativo para repor a estrada em devidas condições. -----

Sobre a situação da estrada antiga de Lamas, a EN 342, embora não tenha muito tráfego, acaba por ser bastante utilizada. É um percurso muito agradável de lazer e há pessoas que gostam de passar por lá, até mesmo para caminhadas, para os madeireiros para o acesso aquela zona, estando conscientes da necessidade de repor a estrada devido ao grande assentamento que lá se registou. -----

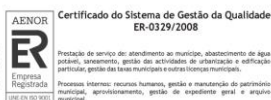
Informou que existem duas ou três situações que carecem de uma intervenção rápida e mais urgente ainda do que aquela, esperando-se ainda resolver também essa situação, ainda durante o ano corrente. Existem ainda mais duas, uma que já existia e que se agravou, na zona de Segade, para a qual já existe orçamento. -----

Informou que entre Cerdeiras e Monforte, limite do concelho, existe um pequeno deslizamento de aterro que também carece de reposição. -----

Referiu que são situações que estão sinalizadas e que a autarquia está a tentar resolver o mais rapidamente possível, tendo em conta o grau de urgência. -----

Sobre a reparação definitiva da Casa das Artes (por parte do empreiteiro), informou que a obra está em período de garantia, que o próprio já fez algumas intervenções, não tendo presente a data de realização das obras que faltam realizar, no entanto ainda existem muitas reparações a fazer. -----

Mostrou indignação pelo facto de ser um edifício inaugurado há tão pouco tempo e que tem tantas reparações para fazer, mas que são da responsabilidade do empreiteiro. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Quanto à questão que o Vereador colocou do código da porta de entrada, solicitou para falar com o funcionário Joaquim Gonçalves. -----

Sobre a intervenção final relativa ao Metro Mondego, referiu que na semana passada, como é público, em resultado de uma articulação que existe entre os três Presidentes de Câmara, foi realizada uma conferência de imprensa, em Coimbra, na Câmara Municipal, onde de forma sustentada, foi transmitida a indignação pelo facto do projecto Metro Mondego, não figurar explicitamente no documento onde são definidas as prioridades na área das infraestruturas de elevado valor acrescentado na área dos transportes. No entanto, no dia seguinte, o senhor Ministro Poiares Maduro, terá (daquilo que vem nos jornais), dado a entender que haveria contactos no sentido do projeto Metro Mondego, ser considerado em termos de financiamento comunitário e estaria a ser negociado com Bruxelas. -----

O Senhor Presidente referiu que não compreende porque é que o Metro Mondego não está escrito na tabela com o financiamento necessário e é por isso que se deve lutar para que o actual Governo, independentemente do partido, concretize aquilo que todos nós ambicionamos e que se tenha o meio de transporte a funcionar o mais rapidamente possível. -

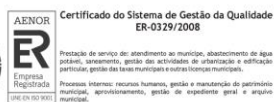
Referiu também que logo que tomou conhecimento do tal relatório e daquilo que foi decidido em Conselho de Ministros, solicitou uma audiência ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes e que até à presente data ainda não obteve resposta. -----

Acrescentou referindo que o Governo que temos, quer Secretários de Estado, quer Ministros, muitas vezes ignoram os Municípios, independentemente da cor. Não recebem os Presidentes de Câmara e não reúnem com eles quando o solicitam. -----

Referiu que visitam os concelhos, inclusivamente Ministros já o fizeram em Câmaras PSD, e não cumprem as regras elementares de protocolo que é de avisar os Presidentes de Câmara que visitam os concelhos. Salientou que recentemente dois Secretários de Estado que visitaram Miranda e nem comunicaram à Câmara Municipal que vêm visitar o concelho. -----

Também o têm feito, com indignação, por parte de Presidentes de Câmara, em concelhos geridos por autarcas do PSD. Mencionou que são falhas inadmissíveis, pelo que não admira que a reunião que solicitou ao Secretário de Estado dos Transportes não tenha resposta ao pedido. -----

No que respeita às propostas apresentadas pela Senhora Vereadora, o Senhor Presidente referiu compreender as palavras que transmitiu como um elogio, porque efetivamente as atas estão do site. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Há uma parte em que estão de forma resumida, mas logo que são aprovadas (de acordo com a informação que me foi transmitida), são colocadas na íntegra. No que toca aos Regulamentos Municipais, e outras posturas, parto do princípio que a Lei é cumprida, atendendo aos princípios da transparência. -----

O Senhor Presidente, solicitou à Chefe de Repartição Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues, para verificar a situação e se a Lei está a ser cumprida. -----

Relativamente à segunda nota deixada pela Senhora Vereadora Rita Santos, em relação ao estacionamento limitado na zona da Praça José Falcão, informou que se revê em tudo o que referiu, acolhendo com agrado a sugestão deixada, no entanto não se estará em condições de se deliberar sobre a proposta, devendo a mesma ser analisada, solicitando que a mesma seja entregue aos serviços para ser analisada e tentar encontrar uma solução que seja abrangente e que inclua a opinião dos partidos e entidades e que possa não só debruçar-se na temática do estacionamento sobre a Praça José Falcão, mas também sobre outras zonas do concelho, onde a problemática do estacionamento se coloca. -----

O Vereador Sérgio Sêco, solicitou novamente a palavra, tendo o Senhor Presidente autorizado que o mesmo se pronunciasse, atendendo que de acordo com o novo regimento o tempo ainda o permite. -----

O Vereador Sérgio Sêco, usou da palavra propondo, em relação às visitas dos Secretários de Estado, que com convite ou sem convite, avisando ou não avisando, uma coisa que aprendeu desde miúdo é que se “Maomé não vai à montanha, vai a montanha a Maomé”, porque o interesse é do município, o interesse é do concelho e teremos que fazer tudo o que é possível, para tentar, de certa forma, de todas as maneiras possíveis fazer chegar a palavra.

A Senhora Vereadora Rita Santos, solicitou mais uma vez a palavra para referir que relativamente aos Secretários de Estado, foi com muito prazer que esteve um Secretário de Estado em Miranda do Corvo, que muito estima, do CDS, Dr. João Almeida que veio a Miranda do Corvo a convite de uma instituição, o que significa, portanto, e ao que crê, que a regra protocolar, nesse caso, não se aplicou, caso contrário, não teria estado presente o Dr. Mourato e o Vereador Miguel, em representação da Câmara. Desconhece quem geriu esses convites e embora não tenha que fazer aqui de advogada de defesa, mas ainda assim e como o Senhor Presidente referiu esse facto, e considerando que graças a Deus a educação e o saber estar protocolarmente no Dr. João Almeida é, realmente um aspeto notório. Ele é uma pessoa bastante educada, não podendo eu deixar aqui de o referir. Verificarei contudo o que realmente se passou. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Para completar a questão, o Senhor Presidente, acrescentou que é uma questão que os senhores Vereadores não têm culpa, do que sucede em Miranda do Corvo e um pouco por todo o país, e não se trata de um tratamento diferente, pelo facto das Câmaras serem geridas por um partido ou por outro. É um procedimento que infelizmente, os membros deste Governo não têm. É do protocolo, que qualquer membro do Governo, qualquer Secretário de Estado, se deslocarem a um município têm obrigação protocolar de avisar o Presidente de Câmara que deve e têm obrigação de convidar o respectivo membro do Governo a vir à Câmara Municipal e recebê-lo. É assim que mandam as regras de Protocolo. Enquanto os senhores membros do Governo não respeitarem esta Câmara Municipal e o seu Presidente, não estarei presente em nenhuma iniciativa se o membro do Governo em causa não comunicar à Câmara que vem visitar o concelho. É assim que devem proceder. Solicito que transmita isso ao seu colega Secretário de Estado, porque o staf dele falhou. -----

Seguiu-se a apreciação dos assuntos constantes na agenda, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

CORRESPONDÊNCIA -----

Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a solicitar comentários relativamente ao documento sobre as bases da concessão dos serviços multimunicipais de resíduos urbanos, até às 12.00 horas do dia 21 de abril. -----

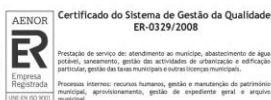
A Câmara tomou conhecimento. -----

O Senhor Presidente, referiu que o que a Associação Nacional de Municípios Portugueses solicita, enquanto sócios da ANMP é que esta Câmara se pronuncie ou não sobre o conteúdo da proposta de bases da concessão dos serviços multimunicipais de resíduos urbanos que é uma proposta que é do Governo, recordando que na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro, foi aprovada uma moção por unanimidade e que de algum modo está relacionada diretamente com a presente proposta de Lei. Solicitou que se recorresse o conteúdo dessa moção aprovada por unanimidade na última Assembleia Municipal e que nos revíamos nessa moção, e que a mesma fosse remetida à ANMP, como contributo para este processo. -----

Seguidamente é registado o texto da Moção, apresentado na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014: -----

“CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA PÚBLICA QUE GERE OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO (EGF) - Empresa Geral do Fomento-----

A Empresa Geral de Fomento (EGF) atua na área da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, através de 11 Sistemas Multimunicipais de Tratamento de Resíduos Sólidos





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Urbanos que, no conjunto, envolvem 174 municípios, correspondentes a mais de 60% da população portuguesa, cerca de 6, 4 milhões de habitantes, que produz anualmente cerca de 3,7 milhões de toneladas de resíduos. -----

O modelo de privatização desta sub-holding, aprovado em Conselho de Ministros, no final do mês de Janeiro, prevê a venda em bloco da posição do Estado na EGF, através de um concurso público internacional e a possibilidade dos municípios venderem as suas posições acionistas nos sistemas multimunicipais de gestão dos resíduos sólidos urbanos. -----

No caso do centro do país, 51,5% da ERSUC pertence à EGF. Ou seja, com esta privatização é alienada não só a EGF como todos os sistemas multimunicipais. -----

Alertamos porque que o processo de privatização, não contempla a possibilidade de os municípios accionistas exercerem direito de compra das "ações", bem como se alerta para a falta de garantias quanto à eventual subida do preço das tarifas, à redução de postos de trabalho e aos possíveis impactos ambientais negativos. -----

Lembramos ainda aos Srs. Deputados, que os municípios têm a dupla condição de accionistas e de clientes das concessionárias", lamentamos que o modelo de privatização escolhido (que admite que as câmaras vendam ao privado ao mesmo preço que o Estado, mas não dá às concessionárias a possibilidade de adquirirem a maioria do capital), lhes retira qualquer margem de intervenção sobre decisões de gestão e de investimento que vão ter reflexos nas tarifas que cobram aos munícipes. -----

A presente moção pretende dar força movimento gerado pelas 172 Autarquias que já se manifestaram contra ao modelo de privatização, bem como dar todo o apoio e permissão para que executivo da Câmara Municipal de Miranda do Corvo possa efectuar todas as acções de carácter políticos e/ou judiciais que entendam, contra esta medida que irá lesar com é evidente, legítimos interesses das populações e dos seus Municípios. -----

Miranda do Corvo. 28 de Fevereiro de 2014.-----

P 'lo Grupo de Deputados do Partido Socialista, José Mário Gama (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o proposto pelo Senhor Presidente. -----

Seguidamente o Senhor Presidente acrescentou que conforme consta da moção, o que está em marcha é uma adaptação da privatização dos interesses da EGF. Lamentou que a privatização dos resíduos obriga os municípios a verem-se a mãos atadas porque não têm como fazer vingar de forma unânime. -----

Do Conselho de Administração Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A./AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, a solicitar informação relativa à opção de venda da



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

participação no capital social da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A., no âmbito do processo de Privatização da EGF. -----

O Senhor Presidente, começou por questionar toda a Vereação se tomaram conhecimento da missiva que veio da empresa Parpública referente aos municípios que queiram manifestar a opção de venda da participação de capital social. -----

Informou que o nosso município, tem uma participação de 0,54% da ERSUC e que a informação terá que ser enviada até às 17.00 horas do dia 14 de maio. -----

Referiu que na sua opinião não se deve vender. -----

Acrescentou que caso alguns municípios manifestem opção de venda da participação dentro do prazo (informou que já existem municípios interessados em adquirir), porque não existem dúvidas, que se iremos para uma privatização, as ações a que hoje é atribuído um valor previsto de cerca de dez euros e pouco por ação, que irão certamente aumentar o seu valor. Acrescentou que ainda existe uma outra opção, que é a posição que o Município detém na ERSUC. -----

O Senhor Presidente, propôs que se deliberasse pela não opção de venda, embora não esteja previsto, manifestando a opção de não vender, remetendo para uma próxima reunião, sobre a outra fase que se vamos ou não estar interessados ir ao rateio da parte das ações, que os outros municípios, queiram vender. -----

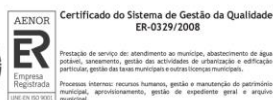
A Câmara deliberou por unanimidade, manifestar expressamente que não quer vender e voltar à próxima reunião para decidir se o município estará interessado em comprar, tendo em linha de consideração vários fatores. -----

O Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Vice-Presidente, para prosseguir com os trabalhos nos pontos seguintes, por ter acompanhado os mesmos. -----

A Senhora Vice-Presidente agradeceu a palavra e cumprimentou todos os presentes. --

Do Clube Náutico de Miranda do Corvo, a solicitar a cedência da piscina municipal, bem como a atribuição de subsídio ou brinde para oferta aos atletas participantes em mais uma edição do torneio de cadetes "Rota da Chanfana", a realizar no próximo dia 25 de abril. -----

A Senhora Vice-Presidente, informou que o torneio "Rota da Chanfana", a realizar no dia 25 de abril, consta da programação das comemorações do 25 de Abril, propondo os apoios solicitados. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a cedência da piscina municipal, bem como a atribuição de um subsídio, no valor de 150,00 euros para aquisição dos troféus para oferta aos atletas. -----

Da Real Confraria da Cabra Velha, a solicitar apoio para a realização do seu XI Capítulo. Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise, Paula Pequito, Paula Claro e Sandra Francisco. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art. 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Sérgio Seco comunicou o seu impedimento no presente processo, por fazer parte da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio no valor de 325,00 euros, de acordo com o proposto pela Comissão Técnica de Análise. -----

Da Casa Recreativa e Cultural, Associação de Caça e Pesca do Povo da Ribeira de Semide, a solicitar a atribuição de subsídio para fazer face a despesas com obras de melhoramentos na sede da coletividade. Tem junto proposta da Senhora Vice-Presidente, Ana Gouveia e informação da Comissão Técnica de Análise, Carlos Rafael, Alda Gonçalves e Paula Pequito e informação de existência de fundos disponíveis no valor de 2.900,00 euros. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, a Vereadora Célia Mateus comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares com membros da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídio, no valor de 2.900,00 euros, ficando responsável pelo acompanhamento da obra o Técnico, Carlos Santos e informação da respetiva eficácia do subsídio. -----

Da Comissão de Melhoramentos, Cultural e Desportiva de Cadaixo, a solicitar a atribuição de subsídio para fazer face a despesas com obras de melhoramentos na sede da coletividade. Tem junto proposta da Senhora Vice-Presidente, Ana Gouveia e informação da Comissão Técnica de Análise, Carlos Rafael, Alda Gonçalves e Paula Pequito e informação de existência de fundos disponíveis no valor de 500,00 euros. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídio, no valor de 500,00 euros, ficando responsável pelo acompanhamento da obra o funcionário Abel Soares e informação da respetiva eficácia do subsídio. -----

O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente, o apoio prestado e deu continuidade aos trabalhos. -----

Da Freguesia de Vila Nova, a solicitar a instalação de um braço de iluminação pública, no lugar de Caseiros. Tem junto informação técnica. -----

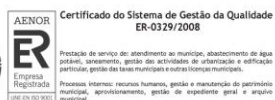
O Senhor Presidente, informou que a sugestão vem no seguimento de um pedido da Freguesia de Vila Nova. Informou que um dos técnicos da autarquia, deslocou-se ao local e informou existirem algumas situações de insegurança, que convém colmatar. Informou entender que deve ser instalado um ponto de iluminação pública e que tratando-se de uma intervenção da responsabilidade do município, propôs que se avance com o procedimento de iluminação pública e que os serviços procedam com a solicitação do parecer e respetivo orçamento à EDP para que seja providenciada a colocação do ponto de luz e que se informe a Junta de Freguesia da decisão camarária.”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----

Apelo em Defesa da Escola Pública: presente ofício, a enviar documento intitulado "Apelo em defesa da Escola Pública", a solicitar a apreciação e eventual aprovação. -----

O Senhor Presidente, começou por informar que o presente ofício requer a apreciação quer do Presidente da Câmara, quer o órgão Câmara Municipal. Referiu que o presente memorandum, já foi subscrito por muitos responsáveis de organizações sindicais, Presidentes de Câmaras Municipais, sendo destacadas, logo à cabeça, o Dr. Manuel Machado, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Presidentes de Associações de Estudantes, Movimentos Associativos e de Encarregados de Educação, Dirigentes Escolares, Associações Docentes, Associações Representativas de Pessoas com Deficiência, etc. Informou ser um documento, com grande abrangência de entidades e pessoas que já o subscreveram. Referiu ainda que o subscreve na íntegra. De seguida questionou os Vereadores da subscrição do documento, manifestando a sua concordância para o mesmo. -----

A Vereadora Rita Santos, referiu que relativamente ao documento presente, o mesmo tem um título, apelativo e que é um título em defesa da Escola Pública e todos os presentes, são defensores da Escola Pública e defensores, desde logo também e do que diz a





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Constituição. O ensino está lá previsto e está lá valorizado e a Escola Pública merece o melhor respeito e a melhor sensibilidade. Referiu que uma coisa é, de facto, e daquilo que li, o título do memorandum como lhe chama o Senhor Presidente, outra coisa é, de facto, o seu teor. Referiu ainda que o teor do documento que leu e que o Senhor Presidente também terá lido bem como todas as pessoas que estão aqui nesta sala, é um bocadinho ofensivo, roça até alguma deselegância no emprego de alguns vocábulos, e portanto é na sua ótica, não mais do que um ataque ao Governo. Um documento de defesa da Escola Pública, deve ser também, o reflexo de uma série de princípios, nomeadamente decoro, educação e respeito pelas instituições. E, nessa perspetiva, como defensora da Escola Pública, não vê que o documento, que lhe foi presente, e apesar de subscrito, por todas as pessoas tão importantes como referiu o Senhor Presidente, é um documento em cuja linguagem não se revê. Acrescentou que, em relação a essa matéria, esperava e teve até alguma expectativa, quando observou na agenda um documento de apelo em defesa da Escola Pública, com outras características, do ponto de vista da escrita que não viu e, nesse sentido, não querendo parecer algo que não é, tem que manifestar o seu desagrado face ao teor do texto e, aparentemente, das razões que levaram a quem quer que seja que o tenha escrito. Referiu ainda que é um texto que não lhe agrada pelo seu conteúdo e pelos vocábulos empregues. -----

O Vereador Sérgio Seco, referiu que defendem a defesa da Escola Pública intransigentemente e que tanto lhe faz ser com este Governo ou com outro Governo e que nestes anos todos, o que se tem visto o que é que acontece, com a própria Escola Pública. Referiu que há coisas que existem e têm razão de o ser e há outras que nem por isso. O que se passa aqui, evidentemente que a Escola Pública, deve ser sempre defendida por todos nós, Acrescentou que foi já referido pela Senhora Vereadora Rita, que de certo modo, a maneira como é tratado o texto é que não é elegante e que se podem fazer as reivindicações com educação e com respeito sem fazer ataques pessoais. -----

Acrescentou que não nos cabe a nós, embora temos todos a nossa opinião, mas se pretenderem fazer um texto de apelo/apoio para a defesa da escola pública, não utilizando determinados termos que estão colocados se poderá fazer em conjunto. Referiu ainda que este texto não abona nada até às pessoas tão ilustres que o assinam. Referiu que se devem fazer as defesas com o máximo de respeito possível, como é evidente. -----

O Senhor Presidente, informou que o jornalista presente poderá não conhecer o texto e passou a ler o seu conteúdo, para explicarem onde os senhores vereadores não se reveem.



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Acrescentou que já existiram muitos ataques à Escola Pública e que foram tomadas por este Governo, de verdadeiro ataque à Escola Pública e estiveram unidos. -----

“A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra que “compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população” (n.º 1 do artigo 37.º). Este preceito legal obedece ao imperativo constitucional que estabelece que “O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população” (n.º 1 do artigo 75.º). -----

Devido às políticas antissociais de austeridade que têm vindo a ser desenvolvidas e se refletiram nos cortes orçamentais que, em 2012 e 2013, foram impostos à Educação, a Escola Pública viu fragilizarem-se algumas das suas respostas educativas e sociais, fruto, também, da redução de diversos recursos que são essenciais à sua boa organização e ao seu funcionamento. -----

Os novos cortes previstos no Orçamento do Estado 2014, que terão um impacto fortíssimo na educação e ciências públicas (educação pré-escolar, ensino básico, secundário e superior e também na investigação), a par do que se prevê no designado “guião para a reforma do Estado” confirmam que a qualidade da Escola Pública, em Portugal, corre sérios riscos de entrar em colapso e ser desmantelada. -----

Neste guião, afirma-se que o objetivo é mudar o modelo e não cumprir metas, exclui-se a Educação das designadas funções essenciais do Estado e esclarece-se que “Reformar o Estado é continuar a privatizar”. -----

Com base nestes princípios e objetivos, no que à Educação diz respeito, este guia aponta para um caminho de completa desresponsabilização do Estado ou, no mínimo, do poder central. Nesse sentido, são diversas estratégias que vão desde a concessão de escolas até à criação de um novo ciclo de contratos de associação com o setor privado e, pela primeira vez, é explicitamente assumida a aplicação do chamado “cheque-ensino”. -----

Face a esta situação de desvalorização da Educação Pública em que, com clareza, se antevê um percurso de desmantelamento da Escola Pública de qualidade, os subscritores deste documento consideram de elevada importância que, num contexto de grande convergência e unidade social e política, em 2014, ano em que se assinalam os 40 anos do 25 de Abril, tenha lugar uma grande iniciativa de âmbito nacional em defesa da Escola Pública promovida por organizações representativas de profissionais da Educação, pais e encarregados de educação, estudantes, autarquias, instituições e estabelecimentos de ensino, associações científicas e profissionais, movimento sindical e movimentos sociais.”. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

No final da leitura do documento, o Senhor Presidente, acrescentou que só não estará presente na referida iniciativa se não puder mesmo e que subscreve na íntegra o referido texto e entende que a Câmara deveria aprovar o documento por unanimidade e informou que na segunda-feira, haverá uma reunião na DREC que poderá estar em causa a continuidade do jardim-de-infância do Cardeal e da Escola Básica de Lamas, sendo claro que irá defender a sua continuidade. -----

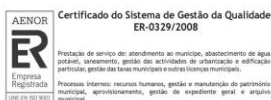
O Vereador Sérgio Sêco, solicitou mais uma vez a palavra tendo referido que o texto não foi elaborado por nenhum dos presentes, sendo elaborado por outra pessoa. Referiu que não concordam com os termos “antissociais”, “escolas desmanteladas” e que não está a dizer que estavam contra a defesa da escola pública. Referiu que estão a favor da defesa da escola pública, nunca disseram que deverá ser tudo privatizado, seja para o A, seja para o B, seja para o C, não foi nada disso que se disse. -----

Acrescentou ainda que quando o Senhor Presidente afirmou que estão essas duas escolas para fechar, disse que foi doze anos Vereador desta Câmara Municipal e que no Governo PS, foram fechadas várias escolas do nosso concelho e muita luta foi travada para o não encerramento. Dentro dessas escolas, com franqueza, algumas tinham razão de o ser, tanto em Miranda como em outras partes do país e foi no Governo do Eng.º Sócrates. Referiu que não se podem ter escolas com duas crianças, trazendo despesas avultadas ao país. Todos sabem as despesas que acarretam e tem que haver algum rigor. O que se tem a fazer, é sempre defender, a nossa escola e incentivar a população residente para manter as crianças nessas escolas. Informou que se o Senhor Presidente quiser elaborar um texto conjunto, em defesa da Escola Pública, que estarão disponíveis. -----

Colocada à votação o apelo em defesa da Escola Pública foi aprovada por maioria com três abstenções dos vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP “Miranda Não Pode Parar” e com quatro votos a favor dos vereadores do Partido Socialista e do Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente deu a palavra, ao Vereador Sérgio Sêco, que afirmou não terem nada contra a Escola Pública e que são acérrimos defensores da Escola Pública e esse será o caminho e que existem escolas privadas que também são importantes e que funcionam dentro do espírito democrático e dentro da legislação portuguesa. -----

Referiu que se deve ter em conta que há alguns anos, muitas das escolas privadas eram necessárias porque o Estado necessitava das mesmas, funcionavam e eram precisas para o bom funcionamento escolar. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Acrescentou que hoje em dia, dada toda a evolução que existiu a nível das próprias escolas, as coisas têm tomado outro caminho. Existem escolas públicas muito melhores e com muito boas condições. -----

Referiu que relativamente ao assunto, são totalmente favoráveis à defesa da escola pública, não concordando com algumas palavras, que estão contidas no texto, atendendo a que não foi um texto elaborado pela Câmara. O documento não é nenhuma proposta, porque as propostas, de acordo com o regulamento de funcionamento, as propostas, têm que ser dadas com alguns dias de antecedência. -----

A decisão foi uma imposição do Senhor Presidente, para que exista votação. -----

Seguidamente a Vereadora Rita Santos, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: -----

Relativamente à defesa da Escola Pública, é notório e público, que o anterior executivo, composto pelo PPD-PSD / CDS-PP, procedeu à construção do centro educativo, à construção da Escola do Senhor da Serra, reconstrução/revitalização da escola de Miranda do Corvo, à construção da pré-primária, à recuperação de imensas escolas primárias por todo o concelho. É público e notório que os Vereadores aqui presentes do PPD-PSD / CDS-PP são favoráveis, à Escola Pública e são defensores do ensino público de qualidade. Disso são exemplos os equipamentos e as infraestruturas desde logo construídas pelo anterior executivo a que me refiro. Relativamente ao documento, ele não reúne, do meu ponto de vista, as condições ótimas para a sua aprovação, optando por uma abstenção. Efetivamente o que antes referi, ou seja as expressões utilizadas, são de facto, expressões de ataque ao Governo posição na qual nós não nos revemos, porque gostamos sempre de apelar ao bom senso e fazermos o apelo ao bom senso e às boas práticas. Quando se trata de educação devemos também dar o exemplo e, nesse sentido, uma vez que a proposta do Vereador Sérgio Sêco e desta bancada de fazer um documento onde essa posição fosse vinculada de forma correta, do nosso ponto de vista, não foi atendida nós optamos por nos abster na votação do presente documento. -----

Antes da apreciação do ponto seguinte o Vereador Sérgio Sêco, informou que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, apoiará o referido evento. Questionou o Senhor Presidente e restantes elementos da necessidade de alegar impedimento, numa atitude cautelar. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Presidente informou o Vereador Sérgio Sêco que não existe qualquer incompatibilidade, passando a palavra à senhora Vice-Presidente, Ana Gouveia, para dar seguimento aos trabalhos. -----

Dos Mordomos da Festa de São Sebastião 2014, a solicitar a cedência dos balneários do pavilhão municipal, bem como a colaboração à realização do 1.º Urbanthlon, a realizar dia 4 de maio de 2014. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a cedência dos Balneários, bem como a colaboração solicitada. -----

De Lousã Volley Clube a solicitar a realização de uma parceria para promoção do XV Torneio Internacional de Voleibol Summer Cup, que se irá realizar de 2 a 6 de Julho. Tem junto informação da Coordenadora da Área Financeira Património e Aprovisionamento, propondo a revogação da deliberação camarária de 21 de março de 2014, em virtude de não constar a informação de fundos disponíveis. -----

A Câmara tomou conhecimento da informação e deliberou por unanimidade aprovar a revogação da deliberação camarária de 21 de março de 2014 e aprovar por unanimidade conceder o subsídio no valor de 800,00 euros, de acordo com informação de fundos disponíveis, ficando responsável pela verificação da eficácia do subsídio o Técnico Carlos Rafael. -----

Da CGTP - União dos Sindicatos de Coimbra, a solicitar a oferta de troféu para atribuição aos participantes da 36.ª Edição de prova de atletismo, a realizar no dia 1 de maio de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a oferta de uma taça para oferta na 36.ª Edição de Prova de atletismo, a realizar no dia 1 de maio de 2014. ---

O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente, e passou de imediato a palavra ao Vereador Miguel Brandão, detentor do pelouro das obras particulares, para prosseguir com os trabalhos. O Vereador, agradeceu a palavra e cumprimentou todos os presentes. -----

OBRAS PARTICULARES -----

Ausência de reposição de legalidade urbanística - Luís Filipe Cancela Caetano: presente informação técnica. -----

O assunto foi retirado, voltando a uma próxima reunião camarária acompanhado de informação técnica sobre a possibilidade de regularização no âmbito do PDM. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos referentes à reposição de legalidade urbanística: requerimento n.º 4471/2014, de Fernando Lopes dos Santos, a requerer a prorrogação de prazo para entrega de elementos pelo período de 45 dias, para apresentar o pedido de licenciamento, relativo ao processo n.º 526/2003. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“Na sequência da notificação da autarquia, relativa a um processo de obras sem alvará de licença emitida, vem o requerente solicitar a prorrogação do prazo para entrega dos elementos solicitados em 45 dias. -----

Face ao exposto e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções indicadas na informação técnica elaborada no âmbito do presente processo, não existindo enquadramento legal para a concessão da prorrogação requerida, deixo à consideração superior da autarquia o deferimento da prorrogação do prazo solicitada pelo requerente. -----

Caso a autarquia delibere conceder a prorrogação de prazo propomos que seja concedido um prazo máximo de 30 dias. -----

Mais se informa que foi já elaborado auto de notícia relativamente à obra em causa, encontrando-se em tramitação o processo de contra-ordenação n.º 28/2010 e que a edificação apenas será passível de licenciamento caso cumpra o estabelecido pelo Regulamento do Plano de Urbanização de Miranda do Corvo. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 8 de abril de 2014. -----

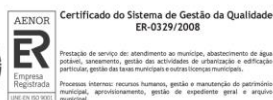
Pedro Correia de Paiva, Eng.º (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos em falta e de acordo com informação técnica. -----

Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos referentes à reposição de legalidade urbanística: requerimento n.º 4436/2014, de Sebastião Lopes da Graça, a requerer a prorrogação de prazo para entrega de elementos pelo período de 60 dias. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“Na sequência da notificação da autarquia, relativa a um processo de obras sem alvará de licença emitida, vem o requerente solicitar a prorrogação do prazo para entrega dos elementos solicitados em 60 dias. -----

Face ao exposto e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções indicadas na informação técnica em anexo, não existindo





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

enquadramento legal para a concessão da prorrogação requerida, deixo à consideração superior da autarquia o deferimento da prorrogação do prazo solicitada pelo requerente. -----

Caso a autarquia delibere conceder a prorrogação de prazo propomos que seja concedido um prazo máximo de 30 dias. -----

Mais se informa que foi já elaborado auto de notícia n.º 88/2013 relativamente à obra em causa, encontrando-se em tramitação o processo de contra-ordenação n.º 107/2013. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 8 de abril de 2014. -----

Pedro Correia de Paiva, Eng.º (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos em falta e de acordo com informação técnica. -----

Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos referentes à reposição de legalidade urbanística: requerimento n.º 5152/2014, de Jorge Rodrigues de Jesus, a requerer a prorrogação de prazo para entrega de projeto de licenciamento, pelo prazo de 30 dias. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“O requerente solicita, através do requerimento n.º 5152/2014 de 01 de Abril de 2014, a prorrogação de 90 dias, para apresentação do projeto de licenciamento de acordo com o solicitado no ofício n.º 167 de 21/03/2014 para reposição urbanística sobre a realização de obras sem alvará de licença de construção em Godinhela. -----

Análise: -----

O presente pedido de prorrogação de prazo para apresentação de elementos não tem qualquer enquadramento legal, ficando o mesmo à consideração superior. -----

Proposta: -----

Face ao exposto deixamos à consideração superior a prorrogação de 30 dias para apresentação dos elementos em falta. -----

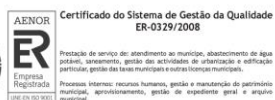
Mais se informa que relativamente a esta obra foi realizado Auto de Notícia n.º 05/2014 e instaurado o processo de contra-ordenação n.º 10/2014. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 04-03-2014. -----

O Técnico, Lurdes Figueiredo, Eng.ª (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para apresentação do projeto e de acordo com informação técnica. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Nos termos do previsto no n.º 1 do art. 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Eng.º Miguel Brandão comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por ter ligações familiares. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos: requerimento n.º 3925/2014, de Ana Maria Lopes Luís, a requerer a prorrogação de prazo para entrega de elementos pelo período de 90 dias. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“Na sequência da notificação da autarquia, relativa a um processo de obras sem alvará de licença emitida, vem o requerente solicitar a prorrogação do prazo para entrega dos elementos solicitados em 90 dias. -----

Face ao exposto e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções indicadas na informação técnica em anexo, não existindo enquadramento legal para a concessão da prorrogação requerida, deixo à consideração superior da autarquia o deferimento da prorrogação do prazo solicitada pelo requerente. -----

Caso a autarquia delibere conceder a prorrogação de prazo propomos que seja concedido um prazo máximo de 30 dias. -----

Mais se informa que foi já elaborado auto de notícia relativamente à obra em causa, encontrando-se em tramitação o processo de contra-ordenação n.º 50/2013. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 8 de abril de 2014. -----

Pedro Correia de Paiva, Eng.º (a).” -----

Os restantes membros deliberaram unanimidade aprovar a prorrogação do prazo pelo período de 30 dias, para entrega dos elementos em falta. -----

Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos referentes à reposição de legalidade urbanística: requerimento n.º 4938/2014, de Eduardo Rodrigues Correia, a requerer a prorrogação de prazo para entrega de projeto de licenciamento das obras executadas sem alvará de licença, pelo período de 90 dias. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“Na sequência da notificação da autarquia, relativa a um processo de obras de sem alvará de licença emitida, vem o requerente solicitar a prorrogação do prazo para entrega dos elementos solicitados em 90 dias. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Empresas
Registadas
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Face ao exposto e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções indicadas na informação técnica em anexo, não existindo enquadramento legal para a concessão da prorrogação requerida, deixo à consideração superior da autarquia o deferimento da prorrogação do prazo solicitada pelo requerente.-----

Caso a autarquia delibere conceder a prorrogação de prazo propomos que seja concedido um prazo máximo de 30 dias.-----

Mais se informa que foi já elaborado auto de notícia n.º 15/2014 relativamente à obra em causa, encontrando-se em tramitação o processo de contra-ordenação n.º 22/2014. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 4 de abril de 2014. -----

Pedro Correia de Paiva, Eng.º (a).”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para apresentação do projeto e de acordo com informação técnica. -----

Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos referentes à reposição de legalidade urbanística: requerimento n.º 5179/2014, de Jorge Manuel Mendes Simões das Neves, a requerer a prorrogação de prazo para entrega de elementos pelo período de 90 dias. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“Na sequência da notificação da autarquia, relativa a um processo de obras sem alvará de licença emitida, vem o requerente solicitar a prorrogação do prazo para entrega dos elementos solicitados em 90 dias. -----

Face ao exposto e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções indicadas na informação técnica em anexo, não existindo enquadramento legal para a concessão da prorrogação requerida, deixo à consideração superior da autarquia o deferimento da prorrogação do prazo solicitada pelo requerente.-----

Caso a autarquia delibere conceder a prorrogação de prazo propomos que seja concedido um prazo máximo de 30 dias.-----

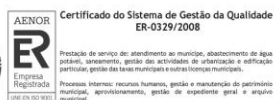
Mais se informa que foi já elaborado auto de notícia n.º 54/2014 relativamente à obra em causa, encontrando-se em tramitação o processo de contra-ordenação n.º 59/20143. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 4 de abril de 2014. -----

Pedro Correia de Paiva, Eng.º (a).”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos em falta e de acordo com informação técnica. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Processo n.º 61/2010, de Domingos António Alves, a requerer licença para proceder à construção de um barracão (projeto de arquitetura e especialidades), sito em Braços - Semide, Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de alterações ao inicial de construção de barracão (arquitetura e especialidades). -----

Processo n.º 38/2013, de António Cancela Carvalho, a requerer licença para proceder à alteração e ampliação de moradia unifamiliar (projetos de especialidades), sito em Moinhos - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----

Atendendo a que os projetos de especialidades estão instruídos em conformidade, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a alteração e ampliação de moradia unifamiliar existente, devendo ser aditado ao alvará de licença n.º 1/2014, a área ampliada. -----

Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos: requerimento n.º 5256/2014, de Maria da Luz Dias Simões, a requerer a prorrogação de prazo para entrega de elementos, relativo ao processo de obras n.º 6/2011. Tem junto informação técnica, do seguinte teor:-----

“A requerente solicita, através do requerimento n.º 5256/2014 de 02 de Abril de 2014, a prorrogação de 15 dias, para apresentar o projeto de alterações, de acordo com o solicitado no ofício nº 920 de 13/02/2014. -----

Mais informa que a obra em causa não está a ser utilizada. -----

ANÁLISE: -----

O presente pedido de prorrogação de prazo para apresentação de elementos não tem qualquer enquadramento legal, ficando o mesmo à consideração superior. -----

PROPOSTA: -----

Face ao exposto deixamos à consideração superior a prorrogação de 15 dias para apresentação dos elementos em falta. -----

À Consideração Superior -----

Miranda do Corvo, 04-04-2014 -----

Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, Eng.ª (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 15 dias, de acordo com informação técnica. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos: requerimento n.º 3538/2014, da Santa Casa da Misericórdia de Semide, a requerer a prorrogação de prazo para entrega dos projetos das especialidades, relativo ao processo de obras n.º 97/2012. Tem junto informação técnica.-----

O assunto foi retirado, dado que o Vereador Miguel Brandão, tem a competência delegada. -----

Processo n.º 250/2013, de Paulo Jorge Pereira Gonçalves, a requerer licença para proceder à construção de moradia unifamiliar (projeto de arquitetura), sito em Lamas - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura, relativo à construção de moradia unifamiliar (projeto de arquitetura), devendo o requerente solicitar a junção ao processo, dos projetos de especialidades identificados na informação técnica no prazo de seis meses, de acordo com informação técnica. -----

Mais deliberou notificar o requerente que a rampa de acesso ao estacionamento/aparcamento no interior do prédio não pode desenvolver-se no espaço e via pública incluindo eventual zona de passeios. -----

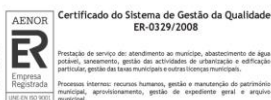
Processo n.º 5/2014, de Arlindo Luís, a requerer licença para proceder à construção de um armazém (legalização), sito em Segade de Lá - Semide, Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o indeferimento do pedido. -----

Nos termos do previsto no artigo 48º do Código do Procedimento Administrativo o Vereador Miguel Brandão pediu dispensa de intervir no presente procedimento por ter um litígio com o requerente.-----

Nos termos do previsto no art.º 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu dos motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade indeferir o pedido, de acordo com a informação técnica, devendo o processo ser remetido ao Consultor Jurídico da autarquia, Sociedade de Advogados CAPA, para análise do mesmo e emissão de parecer jurídico. -----

Processo n.º 203/2010, de José Ramos Lopes, residente em Rua João Paulo II - Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder à construção de moradia, em Pai Viegas. Tem junto informação técnica, informando da situação do terreno alvo do presente processo, relativo à entrada em vigor da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Vereador Miguel Brandão, informou que as obras em causa são suscetíveis de licenciamento de acordo com a revisão do Plano Diretor Municipal. -----

O assunto foi retirado, face à informação prestada pelo Vereador Miguel Brandão. ----

Processo n.º 30/2004, de Condomínio Torre do Sol, com sede em Quinta da Serrada da Nora - Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder à alteração de chaminés na cobertura de uma edificação existente (projeto de arquitetura). Tem junto informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura e atendendo a que os projetos de especialidades estão instruídos em conformidade, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar o licenciamento de alteração de chaminés na cobertura de uma edificação existente, devendo o requerente, solicitar a emissão do alvará de obras de edificação, no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -----

Deliberou ainda que relativamente ao processo de contraordenação n.º 13/2014 deverá ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. -----

Processo n.º 8/2014, de Carlos Guilherme Simões Mendes Clara, residente em Chão de Lamas - Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder à edificação destinada a arrumos agrícolas (projeto de arquitetura - regularização). Tem junto informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura e atendendo a que os projetos de especialidades estão instruídos em conformidade, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar o licenciamento de edificação existente, destinada a arrumos agrícolas, devendo o requerente, solicitar a emissão do alvará de obras de edificação, no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -----

Processo n.º 242/2013, de Francisco António Paiva Cancela, residente em Rua das Lapas, 112, Moinhos - Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder à alteração e ampliação de edifício existente destinado a habitação e indústria e construção de anexo (projeto de arquitetura). Tem junto informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura, relativo ao licenciamento das obras de edificação (projeto de arquitetura) de alteração e ampliação de edifício existente destinado a habitação e indústria, devendo o requerente solicitar a junção



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Emprego
Registado
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ao processo, dos projetos de especialidades identificados na informação técnica no prazo de seis meses, de acordo com informação técnica. -----

REQUERIMENTOS DIVERSOS -----

Alcatroamento na Rua do Vale Sá - Corvo: requerimento n.º 13109/2013, de Maria Almerinda Valente Rodrigues Morais, a requerer o alcatroamento na Rua do Vale Sá - Corvo, tendo como contrapartida uma cedência de terreno para o alargamento da estrada Real. Tem junto informação técnica. -----

O assunto foi retirado, para nova análise e voltará a uma próxima reunião. -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 5024/2014, de João Paulo Domingues Baptista, residente em Bairro Novo - Miranda do Corvo, a requerer incentivo à natalidade por ter sido pai, em 9 de abril de 2013. Tem junto informação da Técnica, Luísa Camilo, propondo a atribuição de subsídio no valor de 250,00 euros e abertura da Conta Crescente Jovem e informação da Área Financeira, informando da existência de fundos disponíveis. -----

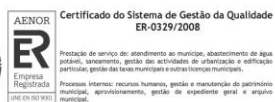
O assunto foi retirado para nova análise, voltando a uma próxima reunião. -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 4451/2014, de Vera Lúcia Lopes Almeida, residente em Rua João Paulo II - Miranda do Corvo, a requerer incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 13 de dezembro de 2013. Tem junto informação da Técnica, Luísa Camilo, propondo a atribuição de subsídio no valor de 250,00 euros e abertura da Conta Crescente Jovem e informação da Área Financeira, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento do seu filho Henrique Almeida Nunes e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação técnica e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 4737/2014, de Maria dos Anjos Lopes Teixeira, residente em Rua João Paulo II - Miranda do Corvo, a requerer incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 21 de março de 2013. Tem junto informação das Técnicas, Paula Claro e Cátia Conde (estagiária), propondo a atribuição de subsídio no valor de 250,00 euros e abertura da Conta Crescente Jovem e informação da Área Financeira, informando da existência de fundos disponíveis. -----

O assunto foi retirado para nova análise, voltando a uma próxima reunião. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 5237/2014, de Sandra Margarida da Paz Rodrigues Tábuas, residente em Rua da Quelha, 13 - Miranda do Corvo, a requerer incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 22 de outubro de 2013. Tem junto informação da Técnica, Paula Claro, propondo a atribuição de subsídio no valor de 250,00 euros e abertura da Conta Crescente Jovem e informação da Área Financeira, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento da sua filha Benedita Maria Tábuas Rodrigues e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação técnica e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

Restituição de verba: requerimento n.º 3835/2014 de Natália Fernandes Dias, a requerer a restituição de verbas pagas a mais por força da deliberação camarária de 18.10.2012, que atribui a redução de taxas em 50%, referente ao processo de obras n.º 177/2012. Tem junto informação técnica, propondo a restituição da verba de 56,87 euros. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a restituição da verba, no valor de 56,87 euros, de acordo com informação técnica e respetiva informação de existência de fundos disponíveis. -----

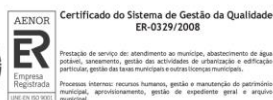
PROPOSTAS E OUTRAS DELIBERAÇÕES -----

Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014: presente informação da Técnica Paula Maria Pequeto Cardoso Rosa. -----

O Senhor Presidente da Câmara, explicou que foram feitos acertos, mas todavia a verba proveniente do saldo de gerência do mandato anterior seja adicionada ao orçamento inicial, entendeu-se por bem por uma solução mista de reforço de algumas rubricas de obras. Informou ainda que com esta revisão ao orçamento vá aumentar ligeiramente, ficando na ordem dos catorze milhões e meio. -----

O Vereador Sérgio Sêco solicitou o uso da palavra, questionando o Presidente da Câmara sobre um valor de 86.140€ referente ao pessoal “em qualquer outra situação”, bem como o reforço de 20.000€ em “outros serviços”. -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o valor referente ao pessoal, tem a ver com a necessidade de estágios em algumas áreas, os quais, embora sejam subsidiados quase na sua totalidade, obriga a inscrever a verba total dos vencimentos. Referiu ainda que para





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

que esses estagiários pudessem entrar para a Câmara, durante um ano, e realizando estágios em diversas áreas, torna-se necessário este procedimento.-----

Relativamente à verba de 20.000€, o Presidente da Câmara, explicou que são reforços necessários, nomeadamente com saúde, sendo que foi necessário fazer o reforço, uma vez que se corria o risco de não ser suficiente para o ano todo. -----

Os outros montantes têm a ver com obras, basicamente no Senhor da Serra, bem como algumas ligações ao saneamento, uma vez que se prevê poder avançar com algumas das obras. -----

Informou ainda que a rubrica de “indeminizações por cessação de funções”, refere-se a dois requerimentos referentes a subsídio de reintegração apresentados por membros do executivo anterior. -----

De seguida solicitou o uso da palavra a Vereadora Rita Santos, tendo questionado o Presidente da Câmara, se a alteração ao nível dos encargos com pessoal, significa ou não que o município de Miranda do Corvo aumentou os encargos com pessoal?-----

O Presidente da Câmara, deu a palavra à técnica superior Paula Pequito que prestou os esclarecimentos necessários. -----

A vereadora Rita Santos voltou a questionar se a alteração ao nível dos encargos com pessoal, significa ou não aumento com encargos de pessoal. -----

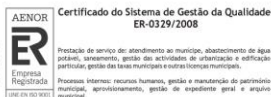
Dado que a Técnica Superior Paula Pequito não dispunha de dados concretos para responder à Vereadora Rita Santos, a mesma referiu que posteriormente iria solicitar os devidos esclarecimentos.-----

A Vereadora Rita Santos questionou que tendo em conta que o reforço será para inscrever uma verba capaz de abarcar os custos com pessoal, nomeadamente com estágios, quais os custos totais de um estagiário de nível superior para o município. -----

Questionou ainda se existem estágios abertos para outros níveis que não o nível superior, nomeadamente estágios previstos para assistentes técnicos ou pessoal das carreiras operacionais. -----

Questionou também se se prevê proceder à contratação de um qualquer estagiário que demonstre aptidão para o desempenho de funções sobre as quais incide o estágio. -----

Relativamente às candidaturas de estágios promovidos pelo município qual o procedimento a adoptar? Como são publicitados? Onde são publicitados? De que forma as pessoas se poderão dirigir à câmara para saber se se podem candidatar a um estágio deste





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

tipo? Para que áreas é que estes estágios se destinam e como é que se afere a sua necessidade?-----

Continuou referindo que existem situações que se falam na rua, nos cafés, redes sociais e que efetivamente é necessário verificar se existe um plano de ação onde se demonstre a adequabilidade efetiva dos estágios contratualizados face às respetivas carências de pessoal. -----

Reforçou que pretende saber se existe um plano de ação em que se demonstre que determinado estágio, determinada atividade, está na óptica da carência de pessoal naquela área, ou se por outro lado esta situação constitui apenas os chamados “jobs for the boys” ou os “jobs for some kind of girls or some kind of boys”, ou ainda numa óptica mais futebolística “jobs for the special ones”. -----

Referiu que não gosta de ouvir falar da sua terra com esta característica pelo que solicitou ao senhor presidente uma explicação no sentido de se perceber que os estágios são necessários porque há carência de pessoas para um determinado tipo de área de saber e que estes estágios, face à carência que existe atualmente, constituíram um dever da autarquia, uma porta aberta para a criação de postos de trabalho. Reforço que dessa forma fará sentido contratualizar, não meramente para preencher um lugar ou porque há uma candidatura, mas porque a Câmara tem um plano de ação, tem um objetivo e esse objetivo pode vir a consubstanciar um contrato. -----

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que não tem precisão no valor do estagiário e que também depende do nível de formação académica. Contudo, alertou para o facto de que a verba que está inscrita é para o total da despesa e que a comparticipação que a Câmara recebe é muito elevada (cerca de 80%) pelo que o estagiário irá estar a desempenhar funções durante um ano que além de ser bom para o estagiário porque ganhar experiência profissional, a Câmara também acaba por suprir algumas carências a nível de recursos humanos. -----

O Senhor presidente, deu como exemplo o caso da assistente social que está de baixa já há alguns dias e que a outra se encontra doente, pelo que se verifica alguma necessidade de suprir estas lacunas.-----

Deu também como exemplo a Técnica Ana Figueiredo que se encontra com muito trabalho e que se está a equacionar a hipótese de avançar com um estágio na área da arquitetura, na Casa das Artes e outras mais. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aproveitamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que as insinuações que a Vereadora Rita Santos deixou no ar, certamente têm a ver com os procedimentos do passado dos estágios funcionarem como trampolim para contratações na Câmara, mas que a sua preocupação não faz sentido. Informou que não tencionam contratar ninguém e que o Orçamento de Estado impede de avançar com o aumento do quadro de pessoal. -----

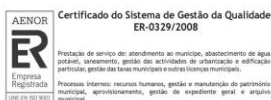
O Senhor Presidente referiu que a sua ambição é fazer o inverso do executivo anterior que aumentou de forma drástica as despesas com pessoal em dez anos e que quase que duplicaram esta despesa nos seus três mandatos e aumentaram o quadro de pessoal de forma muito significativa. Acrescentou que estes estágios não são “jobs for the boys” e que a metodologia seguida e coordenada pelo gabinete de inserção social é feita de forma transparente. Salientou que a técnica que coordena esse gabinete é a mesma que fazia esse trabalho no executivo anterior e que é uma pessoa muito competente nessa matéria e na seleção que é efetuada. Mencionou que alguns dos estágios que decorrem neste momento, e que este executivo operacionalizou, vinham do executivo anterior (deu como exemplo a assistente social que está para entrar). -----

De seguida a Senhora Vice Presidente referiu que todos os dias recebe currículos das mais diversas áreas. Desses currículos questionam-se os diversos sectores quais as áreas onde há carência desses trabalhadores e imediatamente são remetidos para a Técnica da UNIVA Cláudia, informando as pessoas que ficam a aguardar necessidades nessa área. -----

Mencionou que foram procurados estágios no Centro de Emprego da Lousã e que por diversas ocasiões se procuram candidatos na área da mecânica, carpintaria, eletricidade e outros. -----

Recordou que todas as pré-primárias, integram pessoas que estão enquadradas nesses estágios, ou seja, os serviços são assegurados só por eles, no entanto todos estes contratos irão terminar em setembro, pelo que em julho ou agosto irá ser necessário integrar mais pessoas nesta área. -----

De seguida o Vereador Sérgio Sêco solicitou o uso da palavra, tendo referido que o senhor presidente alegou que só o anterior executivo é que arranjou “jobs for the boys”, mas que quando chegaram à Câmara encontravam-se pessoas a fazer estágios que também ficaram. Nestes anos todos entraram pessoas para a Câmara Municipal e que foram necessárias, dado os vários projetos que a Câmara teve e que tudo ajudou a impulsionar o crescimento do próprio concelho. Referiu que os funcionários são tão precisos que se mantêm até agora a desempenhar funções. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Salientou que as pessoas entraram na Câmara Municipal através de concursos legais, que foram tratados de forma legal. -----

Referiu também que o Senhor Presidente alegou que houve aumento de despesas com pessoal, no entanto nesses anos, muitas pessoas saíram e que infelizmente alguns até faleceram (alguns até faleceram a trabalhar). Disse que o Senhor Presidente alegou que no mandato anterior se colocaram várias pessoas ligadas ao executivo, mas no futuro iremos ver.

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, devendo o processo ser remetido para a Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

Aprovação da 1.ª Revisão do PDM de Miranda do Corvo: presente informação da Técnica de Planeamento Regional e Urbano, Fátima Ferreira, do seguinte teor: -----

“Através de informação registada com o nº 1240 de 17 de março informei acerca da publicação em Diário da República, 1.ª série - N.º 53 - 17 de março de 2014 da Portaria nº 71/2014 que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Miranda do Corvo, com as áreas a integrar e a excluir identificadas na planta e nos quadros anexos à mesma, que dela fazem parte integrante. -----

Dava ainda conta que em 16 de outubro de 2013 a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) através do ofício com referência DOTCN 2378/13 e registado nos nossos serviços através do nº 16459 emitiu o parecer final para efeitos do disposto no art.º 78.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). -----

Nesse mesmo ofício a CCDR informava que analisados os elementos que constituem e acompanham o projeto de versão final da revisão do PDM de Miranda do Corvo e em cumprimento do disposto no artigo 78º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro (RJIGT), os mesmos se encontram, em termos procedimentais, materiais e documentais, conformes com as disposições legais e regulamentares vigentes, verificando-se ainda a sua compatibilidade e conformidade com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis na área do município. -----

Deste modo a CCDR considera que a versão final da Revisão do PDM de Miranda do Corvo poderia ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal após a aprovação pelo governo da Carta da REN Municipal de Miranda do Corvo. -----

Com a publicação da REN estão assim reunidas as condições para que a versão final da 1ª Revisão do PDM seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão da expetiente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Assim sendo os passos seguintes no procedimento da 1ª revisão do PDM são os que se enumeram: -----

Aprovação pela Assembleia Municipal da versão final da 1ª Revisão do PDM de Miranda do Corvo, em sessão pública, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal; -----

Publicação, na 2.ª Série do Diário da República, da deliberação municipal que aprova o plano, o regulamento, a planta de ordenamento e a planta de condicionantes; -----

Envio à Agência Portuguesa do Ambiente da Declaração Ambiental; -----

Envio à DGT, para efeitos de depósito uma coleção completa das peças escritas e gráficas que constituem o conteúdo documental do PDM, bem como uma cópia autenticada da deliberação da Assembleia Municipal que aprova o plano, o respetivo relatório ambiental, os pareceres ou atas emitidos, quando a eles houver lugar, e o relatório de ponderação dos resultados da discussão pública; -----

Divulgação do Plano e de Declaração Ambiental. -----

PROPOSTA: -----

Deste modo proponho que a Câmara Municipal envie o processo da 1ª Revisão do PDM à Assembleia Municipal para aprovação, para o que anexo 3 exemplares, em formato digital, da versão final da 1ª Revisão do PDM de Miranda do Corvo. -----

À consideração superior. -----

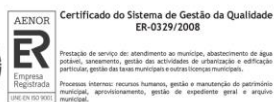
Miranda do Corvo, 27 de março de 2013 -----

Fátima Ferreira, Dr.ª (a), Técnica de Planeamento Regional e Urbano.” -----

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que dada a extensão do documento se optou pelo formato digital. Continuou dizendo que com a publicação da REN em Diário da República, estão reunidas as condições para que a primeira revisão do PDM seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

O Senhor Presidente da Câmara, propôs que a Câmara Municipal manifeste concordância da proposta da primeira revisão do PDM e que se remeta à Assembleia Municipal para aprovação. -----

Salientou que esta revisão do PDM demorou muitos anos a ficar concluída. Que embora tenha aspetos positivos que permitem resolver muitas situações pendentes para licenciamento ou legalização, há alguns aspetos negativos, sendo que um deles se deve ao facto do executivo anterior não ter conseguido que muitas aldeias, tal como foi prometido às populações, não terem sido contempladas com zonas de urbanização. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que o documento vai continuar a privilegiar a concentração preferencialmente na sede do concelho bem como em outros aglomerados populacionais em detrimento das pequenas e médias aldeias que se nada for feito irão sofrer um processo desertificação bastante acelerado. -----

Referiu que entende que esta Câmara, apesar das ressalvas que fez, deverá manifestar a sua concordância com o documento, submetendo-o à aprovação da Assembleia Municipal. -----

De seguida o Vereador Sérgio Seco solicitou o uso da palavra para referir que ficam muito satisfeitos pelo facto de finalmente o Governo ter publicado a carta da REN, salientado que é muito positivo para o nosso concelho. Referiu que este processo já tem alguns anos e que foi o executivo anterior que o trabalhou graças à colaboração e ao esforço de muitos funcionários da Câmara Municipal, especialmente a Dr.ª Fátima Ferreira. -----

Relativamente à informação do Senhor Presidente da Câmara sobre os aspetos negativos, salientou que todos nós desejaríamos muito mais, mas que a nível nacional atingimos um aumento de cerca de 40% de área de construção e que provavelmente, somos o concelho a nível nacional que atingiu a cota máxima na disponibilidade de área de construção, sendo que os órgãos do estado colocaram o limite máximo de 40%. -----

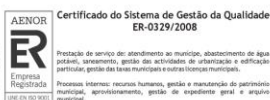
Sobre o que o Senhor Presidente da Câmara referiu das aldeias, recordou que existiram aldeias que aumentaram 1, 2 e 3%, mas outras, como o caso da Pedreira que aumentou a área em cerca de 80% de área de construção. -----

Informou ainda que existe muita localidade do concelho com mais área de construção e que inclusivamente a zona entre Granja de Semide e Semide passará a ser toda área de construção. -----

De seguida mostrou bastante satisfação por estarem a aprovar um processo que demorou vários anos a ficar concluído, mas que permitirá resolver a situação de várias pessoas e dos nossos municípios. -----

De seguida solicitou o uso da palavra a Vereadora Rita Santos que mostrou também muita satisfação pela conclusão deste processo e pelo facto de estar a contribuir para a aprovação da 1.ª Revisão do PDM. -----

Reforçou que foi um processo muito longo, cheio de revezes, carregado de algum sacrifício por parte de alguns técnicos que muito contribuíram para estarem reunidas as condições para estarem prestes a aprovar o documento. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Salientou que os constrangimentos dos planos especiais vêm contra os desígnios dos municípios, que são processos muito exigentes. -----

Mostrou compreensão pelo facto de todas as pessoas quererem ver os seus terrenos contemplados como zonas de construção, mas sabe que é impossível. -----

Referiu que embora o município tenha agora uma nova ferramenta para trabalhar, não deve descurar o facto de fazer um apanhado das situações que agora possam não estar perfeitas e começar já a pensar na próxima revisão, sensibilizando desde já as entidades. -----

Por fim, reconheceu o trabalho feito por este executivo, bem como pelos executivos anteriores. -----

Referiu que existem algumas questões que se prendem com a propriedade, nomeadamente ao nível dos limites de freguesia, situações que devem ser revistas com muito cuidado, dando como exemplo o caso das Vendas da Serra. -----

Dado que esta Câmara Municipal concorda com a 1.ª Revisão do PDM, deliberou por unanimidade remeter para a Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

Indemnização por prejuízos causados - Reclamação n.º 55/2013 de Adelino Seco Batista: presente Despacho do Vereador, Miguel Brandão, propondo a revogação da deliberação camarária de 21.03.2014, dada à não existência de informação de fundos disponíveis e propondo nova aprovação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, num primeiro momento a revogação da deliberação de 21.03.2013 e num segundo momento aprovar por unanimidade o pagamento da indemnização, no valor de 920,04 euros (IVA incluído), de acordo com a informação de fundos disponíveis. -----

Da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a informar de que no âmbito do projeto de "Empreendedorismo nas Escolas - Educação Empreendedora", foi aprovado o regulamento do concurso de ideias de negócio, de carácter municipal e intermunicipal, a ser utilizado nos dezanove municípios da Região de Coimbra. Presente informação da Técnica de Planeamento Regional e Urbano, Ana Patrícia Cortês, informando da realização da semana do empreendedorismo nas Escolas, no nosso município, do seguinte teor: -----

"Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar: -----

No âmbito do Projeto de "Empreendedorismo nas Escolas - Educação Empreendedora", desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, foi aprovado o Regulamento do Concurso de Ideias de Negócio, de carácter municipal e



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

intermunicipal, a ser utilizado nos dezanove municípios da Região de Coimbra, cuja cópia se junta em anexo. -----

No nosso Município, a Semana do Empreendedorismo nas Escolas irá ocorrer entre os dias 29 de abril e 02 de maio de 2014, através de dois momentos: -----

– Conferência Teen, a realizar no dia 30 de abril, 4.ª feira, pelas 14h30m. Consiste numa conferência de jovens para jovens. Serão convidados 2 empreendedores juniores que terão oportunidade de contar a sua história de vida e as suas experiências de modo a contagiarem e motivarem a plateia para uma atitude empreendedora perante a vida. -----

– Concurso de Ideias de Negócio Municipal, a realizar no dia 02 de maio, 6.ª feira, pelas 15h. Tem como objetivo sensibilizar e motivar os jovens para as práticas empreendedoras, promovendo o espírito de iniciativa e dinamismo. Este é o momento em que será selecionada a melhor ideia do Município de Miranda do Corvo e que representará o Concelho no Concurso Intermunicipal a realizar no dia 07 de junho de 2014 na Figueira da Foz. -----

Com o Concurso de Ideias de Negócio Municipal pretende-se que os alunos apresentem oralmente as suas ideias perante uma plateia e um júri que posteriormente fará a seleção dos vencedores, júri este composto por um representante da Câmara Municipal, um Empreendedor/Empresário da região e um elemento a designar pelo Município relacionado com a temática. -----

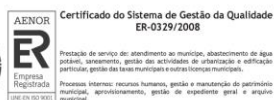
Para este concurso de ideias será necessário providenciar o local para a sua apresentação, a constituição do júri, nos termos do definido do Artigo 2.º do Regulamento de Ideias de Negócio, os prémios a atribuir a cada um dos classificados, os convites e a respetiva publicidade. -----

De acordo com o definido no referido Regulamento, em anexo, a CIM-RC suportará os custos com os prémios. No entanto, e relativamente ao Concurso Municipal de Ideias de Negócio, a CIM-RC só atribuirá prémio aos membros da equipa classificada em 1.º lugar. -----

Face ao exposto, e à semelhança dos anos anteriores, propomos que a Câmara Municipal decida relativamente à atribuição dos seguintes prémios: -----

– Membros da equipa classificada em 1.º lugar: MP4 ou prémio de valor equivalente (atribuído pela CIM-RC e definido em Regulamento) + Um dia nas Piscinas da Quinta da Paiva;

– Membros da equipa classificada em 2.º lugar: Um Bilhete para o Espetáculo dos “Pensão Flor”, a realizar no dia 21 de junho de 2014 + Um dia nas Piscinas da Quinta da Paiva; -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

— Membros da equipa classificada em 3.º lugar: Uma entrada no Parque Biológico da Serra da Lousã + Um dia nas Piscinas da Quinta da Paiva; -----

— Para todos os restantes participantes: Um dia nas Piscinas da Quinta da Paiva. -----

Considerando os prémios propostos, chama-se a atenção para o facto de cada equipa ser constituída, no máximo, por três estudantes, de acordo com o previsto em Regulamento. -

Relativamente ao local, e tendo confirmado a disponibilidade, propomos a realização do Concurso Municipal de Ideias de Negócio na Casa das Artes de Miranda do Corvo. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 08 de abril de 2014. -----

Ana Patrícia Cortês, Técnica de Planeamento Regional e Urbano (a)". -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a atribuição dos prémios, a constituição do júri, bem como a cedência de espaço para a realização do concurso municipal de Ideias de Negócio, de acordo com a informação técnica. -----

Pagamento de horas extraordinárias: presente informação da Técnica, Cláudia Serra, a informar da realização de caminhada intitulada "Caminhos de abril", a realizar no próximo dia 27 de abril e da necessidade de realização de horas extraordinárias pelos motoristas e respetivo pagamento. -----

A Vereadora Rita Santos, solicitou ao Senhor Presidente um pedido de esclarecimento, independentemente daquilo que é ou não é normal aprovar ou não aprovar por este órgão. Perguntou o seguinte: seguindo uma questão de metodologia, nós estamos aqui a aprovar a prestação de trabalho extraordinário para um determinado dia, um número de pessoas que não é referenciado, um número de horas que não se sabe quantas são e um determinado valor que não se sabe quanto, de acordo com o documento que tivemos acesso. Questionou o seguinte: sendo esta matéria do pelouro dos recursos humanos do Senhor Presidente, gostava de saber exatamente em que termos é que este documento tem que vir à câmara para aprovar estas horas extra. Não consegui ver essa explicação nos documentos. -----

O Senhor Presidente, solicitou que a Chefe de Divisão, Marilene Rodrigues se pronunciasse sobre o pedido de esclarecimento da senhora Vereadora, Rita Santos. -----

A Vereadora Rita Santos, questionou a Chefe de Divisão, se a competência é do Senhor Presidente, competência própria, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que então tomava conhecimento. A aprovação de matérias para as quais não temos competência, é um erro. É um erro jurídico muito grave e um vício muito grave. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Presidente, solicitou que a Chefe de Divisão, Marilene Rodrigues se pronunciasse sobre o pedido de esclarecimento da senhora Vereadora, Rita Santos. -----

A Vereadora Rita Santos, questionou a Chefe de Divisão, se a competência é do Senhor Presidente, competência própria, nos termos da Lei 75. Informou que então tomavam conhecimento. A aprovação de matérias que não temos competência, podemos cair num erro. É um erro jurídico muito grave e um vício muito grave. -----

O Senhor Presidente solicitou à Chefe de Divisão, Marilene Rodrigues, para fazer um levantamento de todas as deliberações do mandato anterior sobre horas extraordinárias que vieram a esta Câmara Municipal para fornecer à senhora vereadora. Está a acusar-nos de um vício grave. Solicitou ao Vereador Sérgio Sêco, que elucide a senhora vereadora, se é ou não verdade que esta Câmara Municipal, no executivo anterior sempre assim procedeu. Cada vez que o executivo, entendia por bem, porque eram situações excecionais, relacionados com eventos, trazia à sessão e nós sempre aprovamos. -----

Relativamente a este assunto, o Vereador, Sérgio Sêco referiu que despachava os processos para os quais tinha competência, recordando que muitas das vezes o que não era possível programar e tinha a ver com a proteção civil, ele próprio deferia o processo. Como tinha a cargo a parte da proteção civil, enviava depois à sessão para ratificação. Era o que fazia. Entre outros casos, algumas vezes havia a aprovação e vinha à câmara. Informou que escutando o que Vereadora Rita Santos referiu, existe um pequeno erro que pode e deve ser ultrapassado. -----

Informou que é de bom-tom corrigir situações que não estão totalmente corretas. Noutros casos vinham à sessão eventos futuros, que iriam ocorrer. -----

O Senhor Presidente, referiu que é o presente caso. O evento vai realizar-se dia 27 de abril. -----

O Senhor Presidente referiu que a Senhora Vereadora Rita Santos se estava a recusar a participar da deliberação, ao que a mesma referiu que não se estava a recusar a participar, mas que apenas aquela matéria não era da competência daquele órgão. O Senhor Presidente disse que retirava o ponto da agenda referindo que ia informar os trabalhadores que não pagavam horas a ninguém. -----

A Vereadora Rita Santos, informou que não quer causar nenhum tipo de embaraço aos serviços, mas que o Senhor Presidente fizesse como entendesse. A questão é que, como deve saber, o Senhor Presidente tem que tentar obter essa informação para depois não estar aqui supostamente a acusar-me de criar entraves a uma questão que do ponto de vista legal foi



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Emprego
Registado
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

levantada, absoluta e estritamente para que nós possamos enquanto órgão, melhorar e contribuir para cumprir a Lei. Referiu o Senhor Presidente aqui a Lei. Ora se o Senhor Presidente tem competência para o ato, não tem que aprovar nada e mandar para ratificação. Se o Senhor Presidente tem competência, exerce-a, se o Senhor Presidente, tem a competência e a delega, a quem a delegou exerce-a e assim sucessivamente. Referiu ainda, que não pretende e nem pretendeu de forma alguma criar qualquer tipo de embaraço ao Senhor Presidente ou aos serviços, o que manifestamente aconteceu e não por culpa sua. Referiu que sabe efetivamente o que está a falar, e o Senhor Presidente também saberá, tanto mais que invocou práticas anteriores, bem sabendo que não são as mais corretas. A Senhora Vereadora Rita Santos voltou a dizer que tem a abertura e a disponibilidade suficientes para aprovar aquilo que lhe pareça correto na câmara, não obstante tem a obrigação de advertir e de alertar o Senhor Presidente e este colégio quando as coisas não estão totalmente corretas. Informou ser esta a sua postura, hoje, foi ontem e será amanhã se Deus quiser se a memória não lhe faltar, não pretendendo fazer politiquice por meia dúzia de horas que os senhores vão trabalhar. Até acha muito bem existirem preocupações quanto ao lixo, para não se acumular, eventualmente com recurso a trabalho extraordinário. Solicitou que o Senhor Presidente, tomasse nota e entendesse o que diz que do ponto jurídico e do ponto de vista técnico. Esta minha posição é uma posição correta, que é não induzir este órgão a praticar atos que possam não estar de acordo com a Lei. Por fim referiu que quanto às explicações, o Senhor Presidente tem juristas na casa mais do que suficientes dotados de saber que lhe podem depois explicar amiúde que o lhe pretendeu dizer. -----

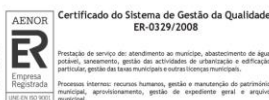
A Câmara deliberou aprovar por maioria, o pagamento das horas extraordinárias aos funcionários que prestem apoio à caminhada intitulada "Caminhos de abril", a realizar no próximo dia 27 de abril, com a abstenção da Vereadora Rita Santos. -----

Pavimentação de Rua em Lata, pela empresa "Cacho & Brás, Ld.^ª": presente informação do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente, Carlos Ferreira, em 31 de janeiro de 2014, do seguinte teor: -----

"Exm.º Senhor Presidente -----

A firma Cacho & Brás, Ld.^ª, através do mail em anexo, solicita a "legalização" dos trabalhos realizados na Lata e cujo orçamento totaliza o valor de 2.251,40 euros. -----

Analizada a situação verifiquei que andando em Setembro de 2013 a firma Cacho & Brás, Ld.^ª a proceder à pavimentação de duas estradas em Semide a Senhora Presidente da





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Câmara, à data, deu instruções ao Sr. Abel Soares para pedir um orçamento à firma para a realização da obra de pavimentação de uma pequena rua na Lata. -----

O Sr. Abel Soares assim procedeu tendo a firma apresentado um orçamento para a realização de mesma no montante de 2.340,00 euros + IVA. -----

Com base nesse orçamento foi, em 17.09.2013, aberto um concurso por ajuste direto, com base no montante do orçamento e de acordo com o CCP, com convite para apresentação de proposta apenas à firma Cacho & Brás, Ld.^a, por despacho do Sr. Vice-presidente, à data. -

O procedimento concursal previa a entrega de propostas até ao dia 23 de setembro. --

Pese embora o facto de ter sido convidada a firma não apresentou qualquer proposta ao concurso, tendo o mesmo ficado deserto. -----

Inesperadamente e sem a autorização de qualquer membro do executivo, minha, do Sr. Abel Soares ou da Sr.^a Eng.^a Adelina a referida firma procedeu, de modo extemporâneo, à pavimentação da referida rua na Lata. -----

Estes trabalhos não foram fiscalizados por nenhum técnico da autarquia dado que não existindo empreiteiro, nem adjudicação, nem consignação, não tinha ainda sido nomeado fiscal para a obra, acrescentando que a obra foi realizada com o nosso total desconhecimento. --

Assim, encontramos-nos perante uma obra executada de um modo extemporâneo, e sem ordem de execução ou autorização para tal, pela firma Cacho & Brás, Ld.^a sem que tivesse existido um procedimento concursal prévio conclusivo, com adjudicação e consignação. -----

A realização dum procedimento concursal agora, à posteriori, não tem qualquer enquadramento no CCP. Trata-se duma ilegalidade que a ser cometida apenas serviria para premiar a firma duma atitude irrefletida e condenável do ponto de vista legal e ético. -----

Pelo exposto sou de parecer que não se deve proceder a um concurso à posterior da realização dos trabalhos nem se pode proceder ao pagamento dos trabalhos realizados, porque qualquer uma das situações viola o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável. -----

O Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente, Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira (a).-----

Miranda do Corvo, 31 de janeiro de 2014. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a informação do Chefe de Divisão da Unidade Orgânica de Urbanismo, Obras e Ambiente, Carlos Ferreira, bem como a informação



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

da chefe de Divisão Administrativa e Financeira, devendo ser comunicado ao requerente, o teor das mesmas. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, a Vice-Presidente Ana Gouveia comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por fazer parte da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Voto de Louvor e Reconhecimento à Secção de futsal da Casa do Povo de Miranda do Corvo: presente proposta dos Vereadores da Coligação PSD-CDS "Miranda não pode parar", do seguinte teor: -----

“A secção de futsal da Casa do Povo de Miranda do Corvo tem alcançado resultados dignos de registo e que muito honram o nosso Concelho. -----

No passado dia 22 de março, a secção de futsal e nomeadamente, os infantis da Casa do Povo sagraram-se campeões distritais de futsal, premiando de forma merecida, o excelente trabalho que esta instituição tem realizado ao nível da formação dos jovens mirandenses. -----

A equipa de infantis da Casa do Povo mostrou a sua superioridade e regularidade no campeonato, sagrando-se campeã a quatro jornadas do final do campeonato. -----

Face ao exposto: -----

1 - em reconhecimento pela capacidade de trabalho manifestada por todas as pessoas que constituem o grupo, propomos a atribuição de um voto de louvor aos atletas, treinadores, seccionistas e direção. -----

2 - um voto de reconhecimento aos pais, dado que são um pilar fundamental para o sucesso destes jovens jogadores. -----

Miranda do Corvo, 26 de março de 2014. -----

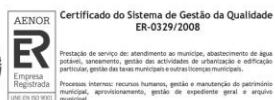
Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP “Miranda não pode parar”. -----

Sérgio Sêco (a); José Miguel Ramos Ferreira (a); Célia Mateus (a).”. -----

Os restantes deliberaram por unanimidade aprovar o Voto de Louvor e Reconhecimento à Secção de Futsal da Casa do Povo de Miranda do Corvo. -----

Voto de Louvor ao Judoca Filipe Rosa: presente proposta dos Vereadores da Coligação PSD-CDS "Miranda não pode parar", do seguinte teor: -----

“Decorreram recentemente os campeonatos nacionais de veteranos e nacionais universitário de judo, tendo-se o judoca Filipe Nuno Rosa sagrado vice-campeão nacional de





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

veteranos (81 kg), e vice-campeão nacional universitário (90kg), em provas muito disputadas, perdendo apenas no combate de atribuição do título. -----

O Filipe Nuno é natural e residente nos Moinhos, concelho de Miranda do Corvo. Este atleta, para além de competir, dedica-se ao ensino do judo em Miranda do Corvo na secção de Judo da Casa do Povo, constituindo, pela sua dedicação, uma referência para os jovens atletas. -----

Face ao exposto, em reconhecimento pelos títulos alcançados e pela sua dedicação ao desporto, propomos a atribuição de um voto de louvor. -----

Miranda do Corvo, 01 de abril de 2014.-----

Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP “Miranda não pode parar”, Sérgio Sêco (a); José Miguel Ramos Ferreira (a), Célia Mateus (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Voto de Louvor ao Judoca Filipe Nuno Rosa. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art. 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Sérgio Sêco comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por fazer parte da direcção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

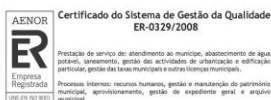
Voto de Louvor e Reconhecimento à Secção de Kickboxing dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo: presente proposta dos Vereadores da Coligação PSD-CDS “Miranda não pode parar”, do seguinte teor: -----

“Realizou-se no pretérito dia 29 de março, no Pavilhão Municipal da Nazaré, o Campeonato Regional de Kickboxing, contando com a presença de cerca de duas centenas de atletas. -----

Mais uma vez, o “Fire Team - Secção de Kickboxing dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo”, participou no evento, desta feita com 6 atletas, vindo todos eles a subir ao pódio, apurando-se assim para a disputa dos respetivos títulos nacionais. -----

Em juvenis, categoria de -60 Kg. Tiago Matos, sagrou-se Campeão Regional, na sua estreia nestas lides. Paulo Rodrigues em - 55 Kg. Obteve o título de Vice-campeão Regional. --

Em juniores, mais uma vez, Miguel Santos, obteve o título de Campeão Regional em - 74 Kg. Luís Pedro, Vice-campeão -69 Kg, Nuno Domingues igualmente Vice-campeão Regional - 63 Kg. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

De destacar também, a participação de Avelino Carvalho, estreante, obtendo um 3.º lugar, em juniores -57 Kg. -----

Face ao exposto, em reconhecimento pela capacidade de trabalho manifestada por todas as pessoas que constituem o grupo, propomos a atribuição de um voto de louvor aos atletas e treinados. -----

Miranda do Corvo, 2 de abril de 2014. -----

Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP “Miranda não pode parar”, Sérgio Sêco (a); José Miguel Ramos Ferreira (a), Célia Mateus (a).” -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o Voto de Louvor e Reconhecimento à Secção de Kickboxing dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo. -----

Nos termos do previsto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo o Vereador Rui Godinho pediu dispensa de intervir no procedimento seguinte por fazer parte dos quadros da empresa. -----

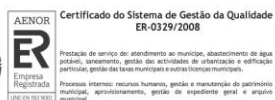
Nos termos do previsto no art.º 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu os motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----

Empreitada de "Reconstrução da Torre e da Cisterna do Antigo Castelo de Miranda do Corvo", adjudicada à firma "Isidovias - Investimentos, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de medição n.º 9, referente a trabalhos contratuais, no valor de 10.470,34 euros mais IVA. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 9, no valor de 10.470,34 euros mais IVA, de acordo com informação técnica. -----

Proposta de acionamento de garantia bancária, relativa à pavimentação de valas executadas pela TV Cabo, pelos Serviços do estaleiro municipal: presente informação técnica, propondo que seja acionada a garantia bancária n.º 00355833 do BES, no valor de 195,00 euros, correspondente aos trabalhos executados pela autarquia, para o restabelecimento das condições de segurança na circulação automóvel. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar acionar a garantia bancária, junto do Banco Espírito Santos, no valor de 195,00 euros correspondente aos trabalhos executados pela autarquia, relativa à pavimentação de valas executadas pela TV Cabo, para o restabelecimento das condições de segurança na circulação automóvel, de acordo com informação técnica. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Fatura eletrónica: presente informação da Secção de Informática, Joaquim Gonçalves, a propor a aquisição de módulos de emissão de faturas digitais para o setor de águas e refeições escolares à AIRC, pelo valor de 3.334,00 euros. -----

O Senhor Presidente Miguel Baptista, começou por referir que o assunto é um tema importante, e que seria uma competência própria do presidente, informando trazer à reunião de Câmara, atendendo a que é um assunto relevante, na medida em que traduz uma modernização dos nossos serviços e a muito curto prazo, espera-se uma poupança em termos financeiros. Informou saber que já no executivo anterior, informação para que o passo fosse dado, desconhecendo as razões porque não foi feito. Informou que solicitou ao senhor Joaquim Gonçalves, responsável pela Seção de Informática, para proceder à consulta, e para aquisição dos módulos de faturas digitais, referindo que o senhor Joaquim Gonçalves, assim o procedeu e preparou uma informação, já acompanhada com o respetivo compromisso, para que se possa, adquirir os módulos de emissão de faturas digitais para o setor de águas e também para as refeições escolares à AIRC. Referiu ainda que como poderão ter verificado, espera-se que num prazo muito curto, que possamos, recuperar o investimento que iremos realizar na aquisição dos respetivos módulos, passando os nossos munícipes a ter a comodidade de poder receber a fatura em formato digital e assim contribuímos para menores custos, não só de envio, mas também de papel e consumíveis e assim contribuímos para um melhor ambiente. Acrescentou ainda que o prazo de fornecimento, é muito curto, e num curto espaço de tempo, poderemos vir a ter já opção da fatura digital. Claro que a adesão da fatura digital, como sabemos, estará dependente do nosso empenho, na implementação desta modalidade, pelo que se irá proceder à sua divulgação junto dos munícipes e também junto dos encarregados de educação, no que toca às refeições escolares, porque só desse modo, se publicitarmos esta nossa iniciativa conseguimos ter sucesso, na mesma. Referiu ainda que não se trata de nada inovador, é um passo que já alguns municípios deram e que como sabemos muitos serviços que temos, já adotaram a fatura digital como um passo assertivo, pelos motivos expostos há pouco. -----

O Vereador, Sérgio Seco, afirmou que fica muito satisfeito com a proposta e que era algo que o anterior executivo já defendia há bastante tempo, mas que infelizmente existiram outros investimentos e outras organizações que tinham que ser tratadas da parte financeira, da parte administrativa e do setor das águas e também o investimento com todo o equipamento informático, como é o caso do servidor que foi adquirido há cerca de um ano, e as ligações entre serviços. Todo este trabalho levaria a que tivesse chegado a este ponto. ----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao munícipe, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que felizmente chegaram a este ponto o que permitirá um grande impacto nas poupanças em termos financeiros da Câmara Municipal. Agora o que a câmara tem que fazer é incentivar as pessoas a aderirem a este modelo, evidentemente nem todas as pessoas têm um computador, internet ou têm email. -----

No entanto, o concelho ganha com isto e esse dinheiro que se irá poupar dará para investir noutras infraestruturas. -----

A Câmara deliberou por maioria aprovar, com a abstenção da Vereadora Rita Santos, a aquisição à AIRC dos módulos de emissão de faturas digitais para as águas e refeições escolares, pelo valor total de 3.334,00 euros, de acordo com a informação técnica. -----

A Vereadora Rita Santos referiu como declaração de voto que a razão pela qual se absteve, adveio exatamente do facto de se tratar de uma competência própria do Presidente da Câmara a aprovação desta proposta. -----

Proposta de alteração ao Regulamento de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Miranda do Corvo, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador Rui Godinho que explicou que esta alteração surge pela necessidade de criação de uma nova taxa para uma ocupação interior. Informou que com a colocação de stands interiores, verificou-se que o Regulamento não contemplava uma taxa para este tipo de ocupação, salientando que também se torna necessário dar ao órgão a liberdade de deliberar o preço para cada certame e para cada feira e que brevemente se irá realizar a Feira de Turismo e a Expo Miranda. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Vereadora Rita Santos, que questionou se a presente alteração contribui de alguma forma para algum aumento de taxas relativamente ao regulamento anterior. -----

O Presidente da Câmara respondeu à Vereadora Rita Santos que não se verifica aumento de taxas relativamente ao regulamento anterior. -----

A Vereadora Rita Santos, referiu que verificou que existe uma proposta que isenta de taxa uma das noites dos eventos, feiras ou certames, pelo que deduziu que seja no sentido de atrair mais visitantes e público aos eventos. Neste contexto, relativamente a estes custos, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, como pensa em suportá-los, ou seja, do ponto de vista orçamental como pensa cobrir essa diminuição de receita. -----

O Vereador Rui Godinho, afirmou que o que a Vereadora afirmou, era o que existia anteriormente e que foi alterado. Seguidamente leu a nova redação do artigo 58.º, n.º 3. ----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara aprovou por unanimidade a proposta de alteração ao Regulamento de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Miranda do Corvo, devendo o processo ser remetido para a Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

Para dar seguimento aos dois pontos seguintes, o Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Vice-presidente. -----

Programação para o mês de maio de 2014: presente informação das Técnicas, Margarida Mota e Ana Figueiredo. -----

Submetida à votação a informação da programação da Casa das Artes de Miranda do Corvo, para o mês de maio de 2014, foi a mesma aprovada unanimidade, de acordo com a informação das técnicas. -----

Pagamento de transportes escolares: presente informação da Assistente Técnica, Paula Osório, informando da listagem dos alunos que a autarquia terá que proceder ao pagamento do transporte aos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que residem a mais de 3 Km do estabelecimento de ensino, conforme estipulado no Decreto-Lei 299/1984 e 7/2003 (Registo n.º 654/2014) e informação da Área Financeira, Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o pagamento dos passes escolares aos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que residem a mais de 3 Km do estabelecimento de ensino, de acordo com o Decreto-Lei 299/1984 e 7/2003 e de acordo com a informação técnica, devendo o processo ser remetido à Área Financeira, Património e Aprovisionamento para processar as respetivas ordens de pagamento. -----

Alteração à proposta do Regulamento da Casa das Artes: presente proposta do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista, do seguinte teor: -----

“Considerando as intervenções e propostas apresentadas na Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2014 sobre a proposta do Regulamento da Casa das Artes; -----

Considerando que este executivo procurará sempre soluções de consenso político; -----

Junta-se em anexo a proposta do Regulamento da Casa das Artes, tendo-se procedido à alteração da redação do art. 29.º, que versava sobre os Impedimentos. -----

Sendo que, na redação inicial do art. 29.º constava: -----

“Artigo 29.º -----

Impedimentos -----

A Casa das Artes não poderá ser cedida para as seguintes realizações: -----

a. Culto religioso; -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infraestruturas municipais.
Empresas Registradas
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

- b. Reuniões político-partidárias; -----
- c. Iniciativas que, pelas suas características possam colocar em perigo a segurança do espaço, dos seus equipamentos e do público; -----
- d. Iniciativas que apelem ao desrespeito dos valores constitucionais, nomeadamente no âmbito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos." -----

Passando agora a constar na versão final da proposta de Regulamento da Casa das Artes: -----

"Artigo 29.º -----

Impedimentos -----

A Casa das Artes não poderá ser cedida para as seguintes realizações: -----

- a. Iniciativas que, pelas suas características possam colocar em perigo a segurança do espaço, dos seus equipamentos e do público; -----
- b. Iniciativas que apelem ao desrespeito dos valores constitucionais, nomeadamente no âmbito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos." -----

Face ao exposto, coloco a referida proposta de Regulamento da Casa das Artes sujeita à consideração da Câmara Municipal para efeitos do previsto na alínea k) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo à posteriori ser remetida para a Assembleia Municipal para efeitos de aprovação de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 14 de abril de 2014 -----

O Presidente, António Migue Costa Baptista (a).". -----

Em complemento à proposta apresentada, o Senhor Presidente referiu que esta proposta de alteração ao Regulamento da Casa das Artes, foi presente inicialmente nesta sessão de câmara, uma proposta que foi objeto de alguma polémica e com algumas divergências aquando da sua aprovação e quando foi submetida à Assembleia Municipal, porque também, deu conta que ambas as bancadas havia algum desconforto na aprovação da proposta que estava e porque entendo que é um equipamento cultural importante para o nosso concelho, queremos dar relevância a nível regional e nacional e na altura na Assembleia foi retirado o ponto, para ser apresentada proposta de alteração que vai no sentido de no artigo 29.º serem retiradas as alíneas a) e b) que tem a ver com os impedimentos da Casa das Artes para culto religioso e para reuniões político-partidárias, os quais passarão a ser permitidos, subsistindo na mesma as alíneas c) e d) que neste caso passam a alínea a) e b), ficando inalterado o articulado restante da proposta inicial na íntegra. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Vereador, Sérgio Seco, solicitou o uso da palavra, tendo afirmado que irão aprovar a proposta, no entanto, de acordo com o que o Senhor Presidente referiu, por mais do que uma vez em sessão de câmara, tentaram alertar para que a aprovação fosse feita, de acordo como ela agora está a ser feita, relativamente aos cultos religiosos e às reuniões político partidárias, acrescentando que o tempo lhes veio a dar razão, tanto a própria Assembleia e o próprio Presidente da Assembleia Municipal, também não concordava, que esses pontos não figurassem no regulamento. Referiu que se sente satisfeito, depois dos alertas que foram dados e depois de não os terem escutado, ao fim, e ao cabo, vieram dar razão e que o processo no presente momento, finalmente inclui o culto religioso e as reuniões político-partidárias. -----

A Câmara deliberou por maioria, com a abstenção da Vereadora Ana Gouveia, aprovar a alteração à proposta do Regulamento da Casa das Artes e remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

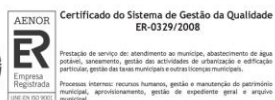
A Senhora Vice-Presidente Ana Gouveia, apresentou a seguinte declaração de voto: “Embora não discorde desta alteração, entendo que devo ser solidária com a comissão consultiva que aprovou o regulamento por unanimidade e que, depois de discussões, quis manter a Casa das Artes preservada de questões religiosas e políticas. A intenção nunca foi discriminar mas sim manter a isenção. Por este motivo abstenho-me na votação.”. -----

O Senhor Presidente Miguel Baptista, deu por concluído este assunto, referindo que compreende o sentido de voto da Senhora Vice-Presidente, que é algo que revela o seu sentido de humanismo e de solidariedade com as pessoas com quem tem trabalhado, nomeadamente com os técnicos da Comissão Consultiva. -----

Aproveitou para felicitar a Senhora Vice-Presidente, pelo facto de, nomeadamente nos últimos espetáculos a Casa das Artes, ter três espetáculos consecutivos com lotação esgotada. -----

O Vereador Sérgio Sêco, solicitou o uso da palavra, para informar que relativamente ao ponto seguinte e sobre a proposta do Vereador Rui Godinho, é referido o apoio da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo. Questionou a Câmara sobre o seu impedimento. Informou que a proposta necessita de uma pequena correção, pois a Associação Humanitária, não possui pronto-socorro, solicitando a correção. -----

O Senhor Presidente informou o Vereador que não existe qualquer impedimento, relativamente ao assunto e passou a palavra ao Vereador Rui Godinho, para dar seguimento ao ponto seguinte. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Prova do Troféu Rally Regional do Centro - Rally de Miranda do Corvo: presente proposta n.º 2/V/2014, do Vereador Rui António Fernandes Dias Reis Godinho, do seguinte teor: -----

“ PROVA DO TROFÉU RALLY REGIONAL DO CENTRO - RALLY DE MIRANDA DO CORVO ----

O Penela Race Events Club pretende realizar em Miranda do Corvo uma prova de rally a contar para o Troféu Rally Regional do Centro, tendo solicitado a colaboração da autarquia.

Trata-se de uma realização que terá grande impacto económico no nosso Concelho, nomeadamente pela dinamização da vila e arredores durante a prova e pelo impacto na promoção turística, nomeadamente da gastronomia e outros pontos de interesse. -----

O rally em Miranda do Corvo evoluiu para uma prova que faz parte do calendário da FPAK - Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, sendo um exemplo de organização e qualidade. -----

A não realização da prova no corrente ano pode implicar a sua não realização em anos próximos. -----

Face ao exposto e considerando a mais-valia que a prova representa para o Município, proponho a colaboração com o Penela Race Events Club nos moldes solicitados no documento em anexo, designadamente: -----

1- a colaboração do Município no que se revelar necessário, no licenciamento do evento, devendo o Penela Race Events Club providenciar por iniciar e instruir devidamente o processo, juntando todos os documentos que se revelem necessários e efectuar o devido pagamento; -----

2- a colaboração com uma zona de segurança para o Público; -----

3- solicitar a colaboração dos Bombeiros com postos de segurança, ambulância e pronto socorro; -----

4- apoiar a organização do evento com o valor de 2.000,00€ (dois mil euros) -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 14 de abril de 2014 -----

O Vereador, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho (a).” -----

O Vereador Rui Godinho, referiu, que em relação ao meio que o Senhor Vereador Sérgio Sêco, que falou do pronto-socorro, é uma das exigências da organização e faz todo o sentido para uma prova destas. Referiu que de acordo com o referido, irão solicitar o pronto-socorro a uma outra entidade. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta, com a referida correção. ----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Comissão Municipal da Saúde - nomeação de elementos: presente informação da Assistente Técnica, Irene Brás, do seguinte teor:-----

“Senhor Presidente: -----

Com as Eleições Autárquicas em Outubro de 2013, houve alterações nos eleitos partidários. -----

Dado que existem várias Comissões Camarárias, nomeadamente a Comissão Municipal da Saúde, torna-se necessário proceder à atualização da listagem da referida Comissão. -----

Conforme diz o Regulamento da Câmara Municipal de Saúde, no seu artigo 2.º Composição, deve fazer parte entre outros elementos, 1 Vereador da Câmara Municipal do PSD e 1 Vereador da Câmara Municipal do PS. -----

Miranda do Corvo, 15 de abril de 2014.-----

À consideração superior, -----

A Assistente Técnica, Irene Brás (a).”. -----

O Senhor Presidente referiu que embora com algum atraso, comparativamente à Assembleia Municipal, que já procedeu à nomeação dos seus representantes, e atendendo ao facto de em breve ser necessário reunir a Comissão Municipal da Saúde, manter-se-á o regimento da Comissão Municipal de Saúde. Informou ainda que o mesmo prevê que além do Presidente da Câmara, e dos representantes do número significativo de instituições, como é o caso do centro de saúde, entre outras, o Regulamento da Comissão Municipal de Saúde, prevê no seu artigo 2.º, que além do Presidente e do Vereador do Pelouro da Saúde, que é o caso da Senhora Vice-Presidente que tem esse pelouro, deverá ser indicado também um Vereador da Câmara Municipal, eleito pela Coligação do PSD-CDS-PP, e outro Vereador da Câmara Municipal, eleito pela lista do Partido Socialista. -----

O Senhor Presidente, informou que o Vereador Rui Godinho, será o representante do partido a integrar a Comissão Municipal da Saúde. -----

Seguidamente o Senhor Presidente, questionou o Vereador Sérgio Sêco, como líder da Bancada, se tem um nome para indicar. -----

O Vereador Sérgio Sêco, informou que tem algumas questões para colocar. Informou que será ele próprio a integrar a referida Comissão e nas suas faltas e impedimentos será o Vereador José Miguel ou a Vereadora Célia Mateus e se for permitido também a Vereadora Rita Santos, atendendo ao facto de poder estar a representar outra entidade, como ser o caso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, caso as entidades se mantenham. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Questionou se os outros partidos que não têm assento na Câmara e Assembleia, como é o caso do Bloco de Esquerda, se terá ou não, assento na participação da referida Comissão.

O Senhor Presidente informou que a Comissão, se manterá, com a alteração dos eleitos da Câmara Municipal, atendendo a que a Assembleia Municipal já aprovou os seus eleitos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a nomeação do Vereador Rui António Fernandes Dias Reis Godinho, em representação do Partido Socialista e da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, será o Vereador Sérgio Luís Rodrigues Sêco, com a ressalva nas suas faltas e impedimentos se fará representar por um dos seus Vereadores da coligação. -----

Proposta para abertura de procedimento concursal para cargo de Direção Intermédia Grau 3 para o "Núcleo de Infraestruturas e Ambiente" - definição das competências, área, requisitos de recrutamento, posição remuneratória e composição do júri: presente proposta do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista, que a seguir se transcreve: -----

A Assembleia Municipal de Miranda do Corvo, reunida a 29 de novembro de 2013 aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, de 15 de novembro de 2013, a alteração ao modelo de estrutura hierarquizada: Único – Alteração à Estrutura Orgânica do Município de Miranda do Corvo, no sentido de as unidades orgânicas flexíveis do Município de Miranda do Corvo, passem a ter uma dotação máxima de 4 unidades orgânicas flexíveis, a criar, alterar ou extinguir por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do Presidente, numa lógica de permanente atualização e adaptação às necessidades e recursos existentes (Estas unidades poderão ser dirigidas por um chefe de divisão ou por um dirigente intermédio de 3.º grau, cujas condições de recrutamento e estatuto remuneratório serão estabelecidos pela Assembleia Municipal). A presente alteração foi tornada pública por publicação de aviso na fl.a Série do Diário da República n.º 244, de 17 de dezembro de 2013. -----

Foi posteriormente aprovado o Regulamento de Reorganização dos Serviços Municipais que foi publicado no Diário da República II.ª Série, n.º 30 de 12 de fevereiro de 2014. -----

Segundo este mesmo regulamento encontra-se prevista, no seu artigo 3.º n.º 1, alínea d) a existência de cargo de direção intermédia do 3.º grau para o Núcleo de Infraestruturas e Ambiente "O Núcleo de Infraestruturas e Ambiente (NIA) será dirigido por dirigente de nível intermédio de 3.º Grau, lugar provido nos termos legais" -----

Assim, tendo em consideração que: -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

- 1- E hoje fundamental para o normal e adequado funcionamento dos serviços o provimento dos lugares de chefia; -----
2. É igualmente fundamental a possibilidade de proceder às delegações das competências previstas na lei e consequente responsabilização das chefias; -----
3. Encontra-se prevista na nossa estrutura e regulamento a existência de tais lugares;
4. O nosso Regulamento de Organização dos Serviços Municipais está de acordo com a legislação em vigor; -----

Importa portanto dar início ao procedimento concursal para Dirigente Intermédio de 3.º Grau, cabendo à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior (n.º 3 do artigo 4º da Lei 49/2012). -----

Cabe ainda à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara designar o júri do procedimento concursal composto por um presidente e dois vogais. O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica {artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto). -----

PROPONHO que: -----

1. A abertura de procedimento concursal para um lugar de Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau para o Núcleo de Infraestruturas e Ambiente; -----
2. Requisitos formais de provimento: O titular do cargo é recrutado de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, com licenciatura na área da Engenharia Civil (licenciatura pré-bolonha ou Mestrado pós-bolonha), dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam dois anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a licenciatura suprarreferida; -----
3. Perfil exigido: -----
- 3.1-competências exigidas serão: -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

-orientação para resultados: capacidade para se focalizar na concretização dos objectivos do serviço e garantir que os resultados desejados são alcançados; -----

-capacidade de planeamento e organização: capacidade para programar, organizar e controlar a actividade da sua unidade orgânica e dos elementos que o integram, definindo objectivos, estabelecendo prazos e determinando prioridades; -----

- capacidade de liderança e gestão de pessoas: capacidade para dirigir e influenciar positivamente os colaboradores, mobizando-os para os objectivos do serviço e da organização e estimular a iniciativa e a responsabilização; -----

- visão estratégica: capacidade para analisar o ambiente interno e externo, antecipar a sua evolução e prever os impactos na organização e no serviço. -----

Ter uma perspectiva de gestão alargada e direccionada para o futuro de modo a definir as estratégias e os objectivos de acordo com essa visão; -----

-capacidade de desenvolvimento e motivação de colaboradores: capacidade para reconhecer e valorizar o potencial individual dos colaboradores e promover de forma permanente a aprendizagem e actualização profissional; -----

-orientação para a inovação e mudança: capacidade para diagnosticar necessidades de mudança, aderir a novos processos de gestão e de funcionamento e apoiar activamente a sua implementação; -----

-negociação e persuasão: capacidade para estabelecer acordos e consensos com pessoas e grupos, gerindo adequadamente os conflitos de interesses e tentando chegar a resultados positivos para todas as partes envolvidas, prosseguindo os interesses públicos; -----

-tolerância à pressão e contrariedades: capacidade para lidar com situações de pressão e contrariedades de forma adequada e profissional; -----

-análise da informação e sentido crítico: Capacidade para identificar, interpretar e avaliar diferentes tipos de dados e relacioná-los de forma lógica e com visão crítica; -----

-orientação para a segurança: capacidade para integrar na sua função o cumprimento das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho e defesa do ambiente, prevenindo riscos e acidentes profissionais e ambientais. -----

4. A posição Remuneratória será a 6.ª Posição da carreira geral de técnico superior a que corresponde o Nível Remuneratório 31 cuja importância é de € 2.025,35 (Sobre este valor incidem as reduções previstas em Orçamento de Estado.); -----

b- O júri do procedimento seja composto por: -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao cidadão, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Emprego
Registado
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Presidente do Júri: Eng.º Ulisses Rodrigues Correia, Diretor de Departamento de Obras e Gestão de Infraestruturas do Município de Coimbra -----

1.º Vogal: Eng.º António Alexandre Ribeiro Pacheco de Carvalho, Chefe da Divisão Financeira e de Recursos Humanos da Direcção Regional de Cultura do Centro

2.º Vogal: Prof. Doutor Silvino Dias Capitão, Professor Coordenador do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 14 de abril de 2014 -----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a proposta, sendo que relativamente à definição das competências, área, requisitos de recrutamento, posição remuneratória e composição do júri será remetido à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 4.º e do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de Agosto. ----

Projeto de construção de coberto em Vila Nova: presente memória descritiva e justificativa elaborada pela Arquitecta Ana Figueiredo. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do projeto de construção de coberto em Vila Nova, de acordo com a memória descritiva e justificativa, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado no documento anexo ao livro de atas. -----

Mais deliberou dar conhecimento à Junta de Freguesia de Vila Nova e que seja enviado um exemplar para que procedam de acordo com o projeto elaborado pela Técnica, Ana Figueiredo. -----

Recolha de lixo - dia 18 de abril de 2014: presente informação do Fiscal Municipal, solicitando autorização para recolha do lixo e o respetivo pagamento de horas aos funcionários afetos ao serviço. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, o pagamento das horas extraordinárias aos funcionários que prestem apoio à recolha do lixo no dia 18 de abril com a abstenção da Vereadora Rita Santos. -----

O Vereador Sérgio Sêco, informou que relativamente à recolha do lixo a mesma tem que ser efetuada, concordando que seja realizada. Referiu ainda que compreende a atitude da Vereadora Rita Santos, que é jurista, e que discorda em virtude dos procedimentos não estarem a ser os mais corretos. Acrescentou que concordam com a posição que o lixo deve ser recolhido, assim como a Vereadora Rita concorda que o mesmo seja recolhido. Referiu ainda que a senhora Vereadora Rita Santos, defende algo, que em termos legais deve ser procedido



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

de uma determinada maneira que não está a ser a mais correta, e o que todos desejam é o melhor para o concelho. -----

A Vereadora Rita Santos, referiu que possivelmente o Senhor Presidente não entendeu a sua postura e que tomou uma atitude com a qual ficou um pouco triste e de que não gostou. Referiu ainda que este tipo de documentos não necessitam de estar presentes na reunião para deliberação, mas apenas para conhecimento. Informou que, no seu ponto de vista, devem ser cumpridos os preceitos mínimos, pois é essa a sua postura. Referiu ainda que acha nobre as preocupações ambientais, achando eventualmente legítima a situação e que quem elabora o trabalho deve ser ressarcido nos termos legais, acrescentado que todos os direitos devem ser garantidos, não sendo isso que está em questão. Referiu que o Senhor Presidente deverá saber isso, pois é uma pessoa inteligente e as pessoas presentes também o sabem. Lamentou o embaraço e o constrangimento para o Senhor Presidente e para os serviços e que nunca pensou que uma situação destas pudesse acontecer numa reunião de câmara, sobretudo por uma situação do género. Pelo exposto informou ainda que tem que ser coerente com as suas declarações e por isso que se absteve na presente votação. -----

Recolha de lixo - dia 01 de maio de 2014: presente informação do Fiscal Municipal, solicitando autorização para recolha do lixo e o respetivo pagamento de horas aos funcionários afetos ao serviço. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, o pagamento das horas extraordinárias aos funcionários que prestem apoio à recolha do lixo no dia 1 de maio com a abstenção da Vereadora Rita Santos. -----

O Vereador Sérgio Seco, informou os presentes que a sua declaração de voto, é de acordo com o referido no ponto anterior. -----

A Vereadora Rita Santos, informou que a sua declaração de voto, é de acordo com o referido no ponto anterior. -----

Recolha de lixo - dia 25 de abril de 2014: presente informação do Fiscal Municipal, solicitando autorização para recolha do lixo e o respetivo pagamento de horas aos funcionários afetos ao serviço. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, o pagamento das horas extraordinárias aos funcionários que prestem apoio à recolha do lixo no dia 25 de abril com a abstenção da Vereadora Rita Santos. -----

O Vereador Sérgio Seco, informou os presentes que a sua declaração de voto, é de acordo com o referido no ponto anterior. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Empresa Registrada
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Vereadora Rita Santos, informou que a sua declaração de voto, é de acordo com o referido no ponto anterior. -----

Regimento da Câmara Municipal de Miranda do Corvo - alteração do artigo 5.º - Reuniões Ordinárias, n.º 3.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao artigo 5.º, n.º 3 do Regimento da Câmara Municipal de Miranda do Corvo:-----

“Artigo 5.º-----

Reuniões Ordinárias -----

3. Quando o dia de reunião coincidir com dia feriado, a reunião realizar-se-á no dia anterior, ou seja, na quinta-feira, pelas 15.00 horas. -----

Cancelamento de subsídio atribuído em sessão camarária de 06.11.2008 à Associação de Jovens de Vila Flor e Meroucinhos: presente informação técnica, do seguinte teor:-----

“Pretensão -----

Sob carta registada com o n.º 13308, de 26 de Setembro d 2008, a direcção da Associação de Jovens de Vila Flor e Meroucinhos, solicitou a presidência da câmara a atribuição de subsídio para instalação de sistema de vídeo-vigilância. -----

O pedido em causa foi presente na reunião da câmara municipal de 06/11/2008, tendo este órgão deliberado atribuir a esta colectividade um subsídio no valor de 402.00 €.

Estado da Obra/Actividades -----

Após deslocação ao local, os elementos da direcção desta colectividade, informaram-me que o material para instalação do sistema de vídeo-vigilância nunca foi entregue, em virtude da firma ao qual foi adjudicado o fornecimento do material em causa ter declarado falência. -----

Proposta -----

Face ao exposto, propõe-se o cancelamento do subsídio atribuído pela câmara a esta colectividade. -----

À Consideração Superior -----

Miranda do Corvo, 14 de Abril de 2014 -----

O Técnico, Carlos Santos, Eng.º (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o cancelamento do subsídio atribuído na sessão camarária de 6 de novembro de 2008 à Associação de Jovens de Vila Flor e Meroucinhos, de acordo com informação técnica. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Emprego Registo
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Restituição de taxas a Noémia Henriques F. Parreira: presente informação da Coordenadora da Área Financeira Património e Aprovisionamento, propondo a revogação da deliberação camarária de 21.03.2014. -----

A Câmara deliberou por unanimidade revogar a deliberação camarária de 21 de março de 2014, em virtude da não existência de fundos disponíveis e aprovou por unanimidade a restituição do valor de 22,37 euros à munícipe Noémia Henriques F. Parreira, atendendo à existência de fundos disponíveis. -----

O Senhor Presidente passou a palavra, à Senhora Vice-Presidente, para dar seguimento ao ponto seguinte. -----

Proposta parceria com o Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo: presente proposta da Vice-Presidente, Ana Maria dos Santos Marreco e Rosa de Gouveia, do seguinte teor:-----

“PROPOSTA PARCERIA COM O AGRUPAMENTO -----

Considerando que: -----

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo celebrou um protocolo com a Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) no âmbito do projeto Escola de Verão Júnior ESEC/IPC. -----

A Escola de Verão Júnior da ESEC pretende ser um espaço de aprendizagem e experiência para jovens alunos do ensino básico (2.º, 3.º ciclos, e secundário, caracterizado pelo espírito de trabalho em equipa, laços de amizade e confiança mútua através das diversas atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e sociais. -----

Este programa promove junto dos alunos a diversidade das ofertas formativas científicas e tecnológicas da ESEC e proporcionar atividades que respondam aos gostos, interesses e preferências destes alunos, procurando oferecer uma ocupação de tempos livres, com atividades de elevado valor educativo, relevantes para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens. -----

Para além do contexto académico com o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas, existe também um programa de lazer, que inclui atividades lúdicas, desportivas e culturais. O programa terá a duração de uma semana, 2ª a 6ª feira, no período compreendido das 9h às 19horas. -----

Este programa tem a seguinte estrutura: -----

- Programa Educativo (Atividades de Formação) - Desenvolvidas de 2ª a 6ª feira (exceto 4ª feira), no período da manhã das 9h00 às 12h30 e, no período da tarde das 14h às 17h30, incluindo meia hora de intervalo a meio da manhã e da tarde. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

- Programa Recreativo (Atividades Recreativas) - Desenvolvidas de 2^a a 6 feira no período da tarde das 17h30 às 19h, e à quarta-feira das 9h às 19h. -----

Em todas as atividades os participantes serão acompanhados por docentes, investigadores e estudantes do Instituto Politécnico de Coimbra, em particular da Escola Superior de Educação de Coimbra. -----

A Câmara Municipal anualmente premiava alguns dos melhores alunos do agrupamento e de instituições com crianças em acolhimento, pretendendo manter este prémio para o não letivo 2013-2014. -----

Proponho que: -----

A Câmara Municipal em parceria com o Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo escolha um grupo de alunos para participar neste projeto. -----

O Agrupamento indique até ao final de abril os dois melhores alunos de cada ano e escola (5.º ao 12.º), tendo como referência as notas do 2.º período. -----

A Vice-presidente da Câmara Municipal, Ana Maria dos Santos Marreco e Rosa de Gouveia (a).”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de parceria com o Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo. -----

O Vereador Sérgio Seco, solicitou o uso da palavra, tendo informado que concordam com as opções. -----

Sugeriu a hipótese, atendendo ao facto de não existirem custos para a Câmara, e mesmo os melhores alunos, que irão frequentar esses cursos e outros, que será o Agrupamento a dar, e em virtude das piscinas estarem abertas em Vila Nova, Semide e Miranda do Corvo, na Quinta da Paiva, que seja ponderada a hipótese, de serem dados alguns bilhetes às crianças que se desmarcaram e que seja analisada a situação pela Senhora Vice-Presidente e analisando conjuntamente com o Agrupamento de Escolas. -----

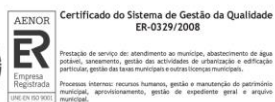
INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

Verificação do estado da responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda - 1.º trimestre 2014: presente informação da técnica, Ivone Marques. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Luísa Rodrigues, a emitir informação relativa à Estação Elevatória de Lamas - trabalhos por realizar. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Da Técnica Superior, Paula Pequito Cardoso Rosa, a emitir informação relativamente aos fundos disponíveis para os meses de abril, maio e junho de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a deferir o requerimento n.º 4393/2014, de Maria de Jesus Lopes, relativo ao pedido de prorrogação do lote n.º 43 do mercado municipal, pelo período de um ano e de acordo com a proposta número 1/V/2014 aprovada em sessão camarária de 21 de março de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a deferir o requerimento n.º 4418/2014, de Pedro Rodrigues Simões, relativo ao pedido de prorrogação do lote n.º 31 do mercado municipal, pelo período de um ano e de acordo com a proposta número 1/V/2014 aprovada em sessão camarária de 21 de março de 2014.

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a deferir o requerimento n.º 4377/2014, de Adelino José Pires, relativo ao pedido de prorrogação do lote n.º 63 do mercado municipal, pelo período de um ano e de acordo com a proposta número 1/V/2014 aprovada em sessão camarária de 21 de março de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a deferir o requerimento n.º 4376/2014, de Adelino José Pires, relativo ao pedido de prorrogação do lote n.º 62 do mercado municipal, pelo período de um ano e de acordo com a proposta número 1/V/2014 aprovada em sessão camarária de 21 de março de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a deferir o requerimento n.º 3968/2014, de Gracinda de Jesus Carvalho, relativo ao pedido de prorrogação da bancada n.º 4 do mercado municipal, pelo período de um ano e de acordo com a proposta número 1/V/2014 aprovada em sessão camarária de 21 de março de 2014.

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a deferir o requerimento n.º 3976/2014, de Maria de Fátima da Piedade, relativo ao pedido de prorrogação da bancada n.º 65 do mercado municipal, pelo período de um ano e de acordo com a proposta número 1/V/2014 aprovada em sessão camarária de 21 de março de 2014. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a deferir o requerimento n.º 4402/2014, de Manuel Jorge Simões, relativo ao pedido de prorrogação do lote n.º 73 do mercado municipal, pelo período de um ano e de acordo com a proposta número 1/V/2014 aprovada em sessão camarária de 21 de março de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Rui Godinho, a deferir o requerimento n.º 5249/2014, de Manuela Vitória Prudêncio, relativo ao pedido de prorrogação do lote n.º 4 do mercado municipal, pelo período de um ano e de acordo com a proposta número 1/V/2014 aprovada em sessão camarária de 21 de março de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Hugo Simões, a informar da cedência e colocação de areia no parque infantil do Bairro Novo, de acordo com a deliberação camarária de 5/9/2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de obras de edificação n.º 20/2014, relativo à demolição e alteração de edificação existente com alteração do uso de habitação para arrumos (Processo n.º 188/2013), em nome de Maria Albertina de Oliveira Neves do Rosário, pelo prazo de 4 meses. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de licença especial para obras inacabadas n.º 2/2014, relativo à construção de edifício de apoio agrícola (Processo n.º 111/2008), em nome de Roberto Manuel Marques Simões, pelo prazo de 10 dias. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Cáritas Diocesana de Coimbra, a agradecer a autorização concedida para a realização do peditório público, que decorreu nos dias 20 a 23 de março, sendo a receita angariada com o referido peditório na Diocese de Coimbra, foi de 30.595,97 euros. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a informar de que na sequência da publicação da Carta de REN de Miranda do Corvo publicada pela Portaria n.º 71/2014, de 17 de março, no âmbito da Revisão do PDM, envia CD, para efeitos de atualização nos nossos arquivos, contendo a informação publicada, bem como a carta da REN conforme publicação em DR (em papel). -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara tomou conhecimento. -----

Subsídio de reintegração (requerimentos apresentados por membros da Câmara Municipal de Miranda do Corvo): presente parecer n.º 9/2014 da Sociedade de Advogados CAPA. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art. 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Sérgio Seco comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter requerido o respetivo subsídio de reintegração. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

O Senhor Presidente Miguel Baptista, referiu de forma resumida o parecer da Sociedade de Advogados, vai no sentido do que já possuíamos anteriormente, ou seja os requerentes terão direito a receber o subsídio de reintegração, sendo um mês por cada semestre de exercício efetivo de funções. Informou que nestes termos, entende que a legitimidade dos requerimentos não se coloca em causa, porque é um direito que assiste por Lei, todavia, a questão só é colocada porque o requerimento foi feito, ou seja os requerentes poderiam abdicar deste direito. Informou que o que irá fazer é apelar aos requerentes (embora reconhecendo que têm o direito) irá enviar uma missiva aos requerentes no sentido de que possam eventualmente de abdicar, retirar o requerimento e se assim não for a Câmara terá que pagar, porque é de Lei. Referiu mais uma vez, que vai apelar a que os requerentes possam abdicar deste subsídio de reintegração. Informou que muitos autarcas, deputados da Assembleia da República, o anterior Primeiro-ministro, o Deputado Francisco Louça e tantos outros... figuras autárquicas, que abdicaram deste subsídio de reintegração, só tendo direito a ele quem o pede, caso não abduquem a Câmara terá que o pagar, sendo o seu valor total, cerca de quarenta mil euros. -----

Relativamente a esta matéria, a Vereadora, Rita Santos referiu que ouviu atentamente o que o Senhor Presidente referiu e que também leu atentamente o parecer da sociedade de advogados e tendo em conta que algumas pessoas abdicaram, se calhar não é preciso ir tão longe em termos geográficos. -----

Relativamente aos subsídios de reintegração, de anteriores executivos, referiu que tem conhecimento que o Senhor Vereador Fernando Sêco, por volta de 2001/2002, terá solicitado também um subsídio de reintegração e também na altura o senhor Jorge Cosme, como estava em situação de reforma, não terá tido direito a esse subsídio de reintegração. ---



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Solicitou que o Senhor Presidente informasse se relativamente existe tradição, na Câmara de Miranda do Corvo, no mandato que terminou por volta de 2001/2002, pagarem os subsídios de reintegração. Gostaria que o Senhor Presidente informasse se perto de nós (não indo longe em termos geográficos), se no ano 2001/2002, o Vereador Fernando Sêco, terá requerido e terá tido direito e recebido esse subsídio de reintegração e o senhor Jorge Cosme, não terá recebido, por ter recebido a reforma. Contudo refere compreender que, embora sendo de Lei e não obstante ser é um direito das pessoas, compreende o que o Senhor Presidente vai fazer. -----

Acrescentou que ao nível dos executivos de Miranda do Corvo, que essa tradição existia, contudo. -----

O Senhor Presidente, informou a Senhora Vereadora Rita Santos, que não sabe, pois não foi verificar, contudo existe uma realidade distinta. Na época a que a Senhora Vereadora se reporta, havia certamente essa tradição, de todos pedirem, todos terem, praticamente todos os autarcas, deputados, etc, contudo depois de 2005, a realidade é outra, saiu uma Lei e a partir daí, deixou de ser atribuído. -----

Referiu que concorda que não seja atribuído subsídio de reintegração, todavia o executivo do mandato anterior, continuam a ter nos termos da Lei. -----

Informou que muitos deixaram de o solicitar por uma questão de princípio e que em 2001 ainda não existia esta lei. -----

Informou que desconhece quem é que terá ou não requerido subsídio de reintegração na Câmara Municipal de Miranda do Corvo. -----

Os restantes membros tomaram conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, concedendo alvará de licença n.º 4/2014, referente à realização do VIII Encontro de Martirizadas Chãs/2014, realizado no dia 13 de abril de 2014, organizada pelo Centro Recreativo, Desportivo e Cultural Amigos das Chãs.

A Câmara tomou conhecimento. -----

RATIFICAÇÃO DE ACTOS NOS TERMOS DO N.º 3, ART.º 35, DA LEI 75/2013-----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, aprovando a 5.ª alteração ao Orçamento e 4.ª às GOP de 2014, de acordo com a informação prestada pela Técnica, Paula Pequito Cardoso Rosa. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Empresas Registradas
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Pagamento de horas extraordinárias: presente informação do Vereador, Rui Godinho, informando da necessidade de realização de trabalho extraordinário, para a realização do evento "Somos Portugal", no passado dia 30 de março e propondo o pagamento do referido trabalho extraordinário. -----

A Câmara deliberou por maioria ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com a abstenção da Vereadora Rita Santos, por não ser uma matéria enquadrável no n.º 3 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Do Vereador Rui Godinho, a autorizar a cedência de balcões à Casa do Benfica, para dois fins-de-semana. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Sérgio Seco comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares à direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com a abstenção da Vereadora Rita Santos, por não ser uma matéria enquadrável no n.º 3 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Do Conselho Diretivo dos Baldios Vila Nova, a solicitar o apoio de um topógrafo para acompanhamento de trabalhos de delimitação dos baldios da freguesia de Vila Nova, para o dia 14 de abril. Presente despacho do Vereador Miguel Brandão, autorizando a cedência. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com a abstenção da Vereadora Rita Santos, por não ser uma matéria enquadrável no n.º 3 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Despacho da Senhora Vice-Presidente, Ana Gouveia, em substituição do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, a aprovar a oferta de 4 bilhetes para espetáculo "A Galinha Ruiva", no âmbito da final do Campeonato do jogo de história de Portugal, o 5.º Império da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Despacho da Senhora Vice-Presidente, em substituição do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, aprovando a declaração para parceria com Manuel Wiborg, no âmbito da candidatura a apoio pontual de DGARTES, para apresentação da peça de teatro "O pequeno Eyolf" de Henrik Ibsen. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi esta reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade em minuta, para efeitos imediatos. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(António Miguel Costa Baptista)

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira,

(Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues)



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.

